



**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Saúdo todos os nossos participantes presenciais e virtuais desta 14ª Reunião de Audiência Pública da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização.

Esta reunião foi convocada em atendimento ao Requerimento nº 12, de 2023, da CMO, de minha autoria, com o objetivo de discutir o Plano Plurianual — PPA 2024-2027, do qual sou Relator, que institui o Plano Plurianual da União para o período de 2024 a 2027, mais especificamente, o eixo do desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental.

Nós vamos ser bem objetivos aqui, e vocês vão compreender por quê. Hoje nós temos a presença honrosa aqui do Vice-Presidente — a quem quero agradecer pela presença —, que é também Ministro da Indústria e Comércio. V.Exa. tem coordenado os trabalhos, por determinação do Presidente Lula, desde o processo da transição à posse deste Governo do Presidente Lula, e contribuído muito para o debate sobre os orçamentos e também o PPA, que é o planejamento de futuro para o nosso País.

Ilustre Geraldo Alckmin, a presença de V.Exa. na nossa Comissão do Congresso Nacional nos honra muito.

Nós contamos com a presença do Líder do Governo aqui na Câmara dos Deputados, nosso querido companheiro José Guimarães.

Demais Líderes e Deputados que nos acompanham, sintam-se todos saudados. Depois, eu vou fazer as saudações.

Nós temos a colaboração enorme do nosso Vice-Presidente, que já foi chamado para uma reunião, às 11 horas, com o Presidente Lula e com os Governadores do Nordeste. E nós estamos organizando a nossa reunião de hoje da seguinte forma: a primeira parte, só convidei o nosso querido Alckmin para a Mesa, para depois termos os Ministérios, cuja presença nós já temos também por meio dos seus representantes ministeriais: a Sra. Anna Flávia de Senna Franco, Secretária-Executiva Adjunta da Secretaria Executiva; o Sr. Henrique de Vilhena Portella Dolabella, Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica



do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima; a Sra. Marina Soares Almeida, Diretora de Gestão Estratégica da Secretaria-Executiva do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; o Sr. Aroaldo Oliveira da Silva, Presidente da Industrial Brasil e Diretor Executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, representando a Central Única dos Trabalhadores; o Sr. Nelson Karam, economista do Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos — DIEESE.

Preciso saudar a Leany, Coordenadora Adjunta, pelo Ministério do Planejamento, que nos acompanha. Já na sequência, nós vamos convidá-la para participar da Mesa. Mas ficamos nessa primeira forma de trabalho, porque, depois, o Ministro precisará se ausentar.

Quero, resumidamente, colocar para V.Exas. e para a sociedade brasileira que nos acompanha, como eu tenho dito, colegas Deputados, que nós precisamos imprimir uma cultura de planejamento no nosso País, e o PPA traz exatamente essa dimensão. E estão sendo realizadas, sob a coordenação da Ministra Simone Tebet e do Ministro Márcio Macêdo, por determinação do Presidente Lula, audiências em todos os Estados do País. Mais de 30 mil pessoas estiveram presencialmente em audiências públicas em todos os Estados, numa mobilização da sociedade. Além disso, houve a presença virtual de 4,5 milhões de pessoas que visitaram o *site*, interagiram.

Ministro Alckmin, chegaram a votar 1,5 milhão de pessoas nas propostas do PPA, para ser um PPA participativo, e ainda na retomada dos conselhos, dos interconselhos, o que foi também uma participação no debate. Isso gerou seis grandes objetivos que foram trabalhados. Um deles é a questão inicial do enfrentamento das emergências climáticas, que nós estamos vendo com grande preocupação.

Também o debate para retirarmos o Brasil do mapa da fome; educação; saúde; neindustrialização, que é exatamente o tema que aprofundaremos hoje. E um conjunto de elementos, como a transversalidade necessária para abranger a



questão ambiental, crianças e adolescentes, negritude, a questão LGBTQIA+, mulheres, para que todos esses aspectos sejam valorizados de forma transversal em todas as políticas públicas no próximo período, nos três eixos, e esse foi um trabalho desta Comissão.

Nós teremos quatro audiências públicas aqui. Na primeira, houve uma apresentação geral, na qual a Ministra Simone Tebet e o Ministro Márcio Macêdo estiveram presentes para apresentar o trabalho geral realizado. E os três eventos aqui se seguem agora com o aprofundamento dos eixos.

O primeiro, com a presença de vários Ministros das áreas e da sociedade civil, sobre o desenvolvimento social, o desenvolvimento para tirarmos o Brasil do mapa da fome, para diminuirmos as desigualdades. Esse debate nós já realizamos na semana passada.

Hoje esse enfoque para nós entrarmos neste momento com a palavra do Vice-Presidente e Ministro da Indústria e Comércio sobre o tema do desenvolvimento econômico. E eu só vou ler três objetivos, entre tantos outros que se apresentaram, para introduzir a sua fala neste momento: conservar, restaurar e usar de forma sustentável o meio ambiente; ampliar a capacidade de prevenção; a gestão de riscos; as respostas aos desastres e adaptação às mudanças climáticas; a promoção da industrialização em novas bases tecnológicas; e a descarbonização da economia.

Foi exatamente essa a razão principal da insistência — e deixo aqui o nosso agradecimento — da sua presença, Vice-Presidente, porque o termo "neointustrialização", não apenas reindustrialização, é o que queremos, como tem dito o nosso Ministro, e o que significa, então, essa neointustrialização para o nosso País.

Então, nada melhor do que V.Exa. poder expressar e desenvolver acerca desse tema com este Plenário aqui e com a sociedade brasileira, que está acompanhando esse nosso PPA.



Com a palavra o Exmo. Sr. Geraldo Alckmin, Vice-Presidente da República e Ministro da Indústria e Comércio.

**O SR. MINISTRO GERALDO ALCKMIN** - Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar o Deputado Federal Bohn Gass, Relator do PPA; o Presidente da Industrial Brasil e Diretor Executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, Sr. Aroaldo Oliveira da Silva.

Saúdo aqui os Deputados Federais. Vejo aqui o Deputado Luiz Carlos Motta, que é o Relator do Orçamento. Estiveram também conosco o Líder do Governo, Deputado José Guimarães; o Deputado Pedro Campos, que está aqui conosco; o nosso sempre Deputado Valadares Filho. É uma alegria revê-lo.

Também cumprimento o Deputado Odair Cunha, o Deputado Alencar Santana, o Deputado Heitor Schuch.

Saúdo aqui os que participarão deste importante encontro: a Sra. Anna Flávia Franco; o Henrique Portella; a Marina Soares Almeida; a Leany Lemos.

Cumprimento também a Deputada Denise, que está aqui conosco. É uma alegria e uma satisfação revê-la.

Cumprimento ainda o Deputado Marcon, as amigas e os amigos.

Inicialmente, quero destacar a importância do PPA e a importância das audiências públicas, extremamente relevantes. Eu disse já que governar é escolher. O dinheiro nunca vai dar para tudo em nenhuma esfera de Governo, em nenhum lugar do mundo. Então, governar é escolher, é priorizar. E ouvir a sociedade civil organizada é fundamental para se fazer boas escolhas e elaborar bem a proposta. É por isso que quero saudar a participação enorme que tivemos no Brasil inteiro, no PPA, para a elaboração do orçamento.

Cumprimento o Líder, Senador Randolfe.

Depois darei uma palavra sobre a ANEEL, industrialização.

O Brasil teve, nos últimos 40 anos, uma desindustrialização grave. Nós saímos de 22% da indústria manufatura para 11%, de forma precoce. Geralmente,



quando se fica rico, fica caro. E a pergunta sempre é: onde eu fabrico bem e barato?

Então, eu vou para um lugar em que eu consiga fabricar um bom produto, que funcione e que caiba no meu bolso, por um custo menor. E nós acabamos tendo, pelo Custo Brasil, uma perda de competitividade, de produtividade, que levou a uma desindustrialização precoce. Como não reindustrializar, mas neindustrializar? Como nós podemos recuperar a indústria, o setor secundário da economia e fazê-lo em novos moldes? E a pergunta é: onde eu fabrico bem, barato, e consigo compensar as emissões de carbono e gás de efeito estufa? E aí se abre uma grande oportunidade para o Brasil, porque o País será o grande protagonista da descarbonização. É fácil entender a gravidade do momento.

Quando nós, Senador Randolfe Rodrigues, inspiramos... E quem já foi candidato pode cair em debate. Eu fui candidato a Prefeito de São Paulo, e essa foi a pergunta do então candidato a Prefeito, Dr. Enéas, para o então Presidente Fernando Collor de Mello, que foi candidato a Prefeito de São Paulo. Depois ele foi cassado no finalzinho da campanha, mas participou dos primeiros debates. E a pergunta foi sobre o Distrito de Marsilac, na Zona Sul da Capital, sobre a composição do ar atmosférico, que era o percentual de oxigênio, nitrogênio, monóxido e dióxido de carbono.

É evidente que o Collor naufragou na pergunta do Enéas. Quando nós inspiramos, 80% é nitrogênio e 20%, oxigênio, em números redondos. Quando nós expiramos, os 80% de nitrogênio não mudam, mas os 20% de oxigênio viram 15%, e 5% viram gás carbônico.

Então, todos nós respiramos 16 vezes por minuto. Dormindo de manhã, à tarde e à noite, todos nós estamos consumindo oxigênio e jogando carbono na atmosfera. Quando digo "todo mundo", me refiro a animais: nós, vaca, cachorro, gato, ave, peixe. Todo o reino animal consome oxigênio e lança carbono na atmosfera. O reino vegetal faz o inverso: ele fixa o carbono e solta o oxigênio, através da fotossíntese. A natureza é perfeita, e o mundo está equilibrado: o reino



animal está lançando carbono, consumindo oxigênio, e o reino vegetal fixando carbono e devolvendo oxigênio.

O problema é que isso chegou à mão humana, que foi lá embaixo e pegou o combustível fóssil. Então, o escapamento do carro, da moto, do avião, do navio, do trem, da indústria, da fábrica, todo mundo está lançando carbono na atmosfera. E esse excesso de carbono e gás de efeito estufa destroem a camada de ozônio, e o planeta começa a ter um aquecimento anormal, com todas as suas consequências. O Sul do Brasil fica debaixo d'água, há enchentes; no Rio Grande do Sul há três ciclones; o Norte está seco. O Rio Amazonas, o maior rio do mundo, está chegando à sua menor batimetria, a maior seca.

E aí vem um esforço planetário de descarbonização. A primeira tarefa é acabar com o desmatamento. Um hectare de mata derrubada e queimada emite 300 toneladas de gás carbono. Então, já caiu 48% o desmatamento na Amazônia, que não é feito por agricultores, é feito por grileiros de terra. A primeira tarefa é combater o desmatamento; a outra é descarbonizar.

Eu vou trocar o carbono por quê? Então, eu tenho as rotas tecnológicas. E para o Brasil surge uma enorme oportunidade: o Presidente Lula, com o Primeiro-Ministro Modi, da Índia, e o Presidente Biden, dos Estados Unidos, lançaram a Aliança Global para os Biocombustíveis. Então, o diesel que eu importo, porque a PETROBRAS exporta petróleo bruto, mas importa *diesel*, eu vou trocar por biocombustível, por bio — óleo vegetal, mamona, soja, dendê, girassol ou gordura animal. Então, eu descarbonizo.

Começou com o Presidente Lula, no primeiro mandato, o B3, e Roberto Rodrigues era o Ministro da Agricultura. Isso deu tão certo que foi para B5, B7 e chegou até a B13 e, depois, baixou para B10. Agora voltou para B12 e deve ir para B13, B14 e B15. E está aqui no Congresso Nacional o Projeto de Lei do Combustível do Futuro. Qual é o combustível do futuro? Um deles é o biocombustível. Então, há proposta para se chegar até a 20%. Inúmeras fábricas



estão sendo inauguradas, como em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul; aqui em Goiás; no Paraná; na Lapa. São inúmeras indústrias de biocombustível.

Quando eu esmago a soja — o Brasil é o maior exportador do mundo de soja, que é o primeiro produto da pauta de exportação brasileira para se fazer a ração — sobra, de cada cinco, um de óleo vegetal e substitui-se pelo *diesel*. Deixa-se de importá-lo e troca-se por óleo vegetal.

Biocombustíveis, óleos vegetais: uma nova indústria, inovadora e verde. A neoindustrialização é inovação, fazer coisas novas, e verde, com sustentabilidade.

Deputado Bohn Gass, quero destacar o papel do Congresso Nacional, que aprovou a TR, com 4% de taxa de juros, para a pesquisa, desenvolvimento, inovação e digitalização. As empresas brasileiras vão ter acesso a 60 bilhões de reais, disponibilizados pelo BNDES, pela FINEP e pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico — FNDCT, mais 20 bilhões de financiamentos, não reembolsáveis, só para inovação e digitalização.

Outra alternativa: etanol. E 83% da frota brasileira é formada por carros flex. O etanol é uma energia limpa, renovável. Planta-se cana ou milho para fazer etanol, que fixa carbono no solo; emite-se menos carbono; geram-se emprego e renda. Acabamos de lançar uma nova fábrica em Balsas, no sul do Maranhão, na região do MATOPIBA, com investimento de 1,5 bilhão de reais, que vai fazer etanol de milho, assim como DDG, aquela massa, aquilo vai para a proteína, que vai para a ração animal, óleo comestível e bioeletricidade. Portanto, são quatro fábricas num complexo industrial. Planta-se milho, transforma-o e, ao invés de exportá-lo, fabrica-se óleo etanol, óleo combustível, ração animal e bioeletricidade, através do vapor, através de biomassa.

Etanol, combustível do futuro, o projeto está aqui no Congresso Nacional. A proposta é aumentar de 27% para 30% o etanol na gasolina. Além do carro flex, poder colocar o etanol... Em São Paulo, o ICMS na gasolina era de 25% e no etanol, 25%. Baixou para 12%, não é para o usineiro, mas para o consumidor. O



consumidor escolhe, na hora de abastecer o carro, colocar etanol. E isso ajuda a melhorar a qualidade do ar.

A primeira causa de morbimortalidade no mundo e no Brasil é o coração; a segunda, câncer, alcançando o coração. Em 10% dos Municípios brasileiros, o câncer já é a primeira causa de morbimortalidade, subindo, em razão da mudança demográfica. O envelhecimento do País aumenta a incidência de neoplasias. A terceira causa é doença pulmonar. Portanto, a qualidade do ar é fundamental.

Outro projeto, ainda referente ao combustível do futuro, é o SAF. Vou trocar todos os querosenes dos aviões do mundo. E eu vou trocar pelo quê? Vou trocar pelo *Sustainable Aviation Fuel* — SAF, biocombustível. Vou trocar um combustível fóssil. Estou sempre trocando o carbono por alguma coisa. Quem vai produzir o SAF? Ou nós, ou a Índia, ou os Estados Unidos.

Então, há uma corrida, em termos de pesquisa e desenvolvimento, para ver quem chega primeiro. E é grande a possibilidade de termos o SAF substituindo o querosene. A mesma coisa acontece com os navios, enfim, sempre buscando uma rota tecnológica, *diesel* verde, hidrogênio verde. Eu vou produzir hidrogênio. Como é que eu faço o hidrogênio? Vou trocar o carbono pelo hidrogênio, eu pego a água, H<sub>2</sub>O, e quebro. Aí eu tiro o hidrogênio, dois átomos de hidrogênio. Para quebrar a água, para fazer a hidrólise, é uma fortuna de energia. Se essa energia for renovável, eólica ou solar... O hidrogênio é verde. Quem pode fazer hidrogênio verde no mundo? O Brasil.

O Brasil é hoje o segundo receptor mundial de Investimento Estrangeiro Direto — IED. Nós só perdemos para os Estados Unidos. O mundo investe onde? Primeiro, nos Estados Unidos; segundo, no Brasil. O Brasil é o segundo receptor de Investimento Estrangeiro Direto, é o quinto maior País do mundo em extensão territorial, em que não há terremoto, não há gelo, há solo fértil, água e sol. Tem a sexta maior população mundial. Tem escala, tamanho, mais de 200 milhões de pessoas. É a nona economia, o nono PIB do mundo — Estados Unidos, China, Japão, Alemanha, Índia, Reino Unido, França, Itália e Brasil. Passamos o Canadá





e passamos a Rússia. Somos o nono PIB mundial. Então, o País tem escala, tem tamanho.

Eu destacaria que nós temos a neindustrialização, inovação. Há inúmeras rotas tecnológicas. Na indústria automobilística, temos o carro elétrico, o híbrido. O etanol puro, do poço à roda, praticamente se equivale ao carro elétrico. Então, vamos ter carro elétrico, carro híbrido, a biodiesel, o aumento do biocombustível nos combustíveis fósseis, inúmeras rotas tecnológicas.

Destacaria, Presidente Bohn Gass, uma outra questão, que é a depreciação acelerada. O parque industrial brasileiro está envelhecido — a média são 14 anos. Temos produtividade baixa. É preciso renovar equipamentos, máquinas, melhorar a produtividade, melhorar a competitividade. O que é depreciação acelerada? Uma máquina se deprecia, por exemplo, em 10 anos. Eu vou depreciar no primeiro ano. O Governo não está abrindo mão de impostos. A empresa paga 100 milhões de reais em 5 anos, ela vai pagar 100 milhões de reais em 5 anos, mas, no primeiro ano, eu reduzo o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica, a Contribuição Social sobre Lucro Líquido, e estímulo a renovação das máquinas e equipamentos. Recupero no segundo, terceiro, quarto e quinto anos. Então, eu faço uma depreciação acelerada e consigo recuperar. Enfim, há inúmeros caminhos.

A economia depende de um tripé: câmbio, juros, imposto. Há um tripé fundamental, e o câmbio está bom, 5 reais para comprar 1 dólar é um câmbio competitivo, porque ajuda a exportação, ajuda a exportar, e dificulta a importação. Então, o câmbio atual é um câmbio competitivo. Quando o câmbio estava um para um, 1 dólar, 1 real, tudo era mais barato importar. Você fecha a indústria, não há como competir. Então, o câmbio é competitivo. Ele não pode é ter muitas alterações, mas ele está competitivo hoje. Os juros estão altos, mas eles estão em queda. O que precisa é que ele caia mais depressa, mas ele está em queda. O arcabouço fiscal vai ajudar, lei aprovada pelo Congresso. O imposto é alto. Não há como reduzi-lo nesse momento, mas ele vai melhorar a eficiência econômica pela



reforma tributária. A reforma tributária desonera completamente o investimento e desonera completamente a exportação, porque ela acaba com a cumulatividade, ela elimina a cumulatividade. Essa é uma reforma que faz o PIB crescer.

Os estudos mostram que, em 15 anos, o PIB brasileiro pode crescer 12%, quase 1% ao ano, porque ela traz eficiência econômica. Tudo cresce, serviços crescem, agricultura cresce e a indústria cresce ainda mais. Então, ela ajuda enormemente na questão, reduz o Custo Brasil. Como é na União Europeia? Um IVA. Pode ter mais de uma alíquota, um imposto, mas pode ter mais de uma alíquota. Não precisa ter alíquota única. Esse é o modelo, por exemplo, europeu. Mas você troca cinco tributos sobre consumo — ICMS, IPI, PIS, COFINS, ISS — por um IVA Dual, e a transição federativa pode ser longa, não precisa ser curta. O que precisa ser curto é a aplicação da reforma sob o ponto de vista de eficiência econômica.

Enfim, Presidente Bohn Gass, quero trazer uma palavra aqui de otimismo: câmbio bom; juros em queda; inflação sob controle; e reforma tributária, cujo relatório, de autoria do Senador Eduardo Braga, deve ser apresentado no Senado, e vai ajudar muito. Eu fui Constituinte — não era nem careca, Bohn Gass, naquele tempo. Embora o nosso lema seja "dos carecas que elas gostam mais", isso tem explicação científica. Isso não é lenda, não, tem explicação científica. Já viu mulher careca? O que derruba cabelo é testosterona. *(Risos.)*

Na Constituinte, nós aprovamos medida provisória. Por que nós aprovamos medida provisória? Porque o nosso tempo é o tempo da mudança e da velocidade da mudança. As coisas são muito rápidas. E, às vezes, você precisa ter um instrumento mais rápido. Então, nós aprovamos, há 35 anos, a medida provisória, para dar ao Governo rapidez em medidas de extrema urgência e de extrema relevância.

Quero dizer que, há 4 décadas, estudamos a questão tributária e, finalmente, em poucos meses, a Câmara aprovou a reforma tributária. Ela não é perfeita, mas vai fazer a diferença, e vai ajudar a economia brasileira, bem como o



desenvolvimento inclusivo, para não deixar ninguém para trás, e ajudar a população mais necessitada, com estabilidade e previsibilidade, com inflação sob controle. Aliás, a inflação de alimento foi a que mais caiu, e com sustentabilidade, com descarbonização. E aí a indústria tem um papel relevante nesse novo cenário de neindustrialização.

O Brasil vai ser o grande protagonista do mundo das energias renováveis — eólica, solar, hidrogênio verde, mercado regulado de carbono. Só aqui estão quatro projetos de lei: combustível do futuro, hidrogênio verde, eólica *offshore*, e mercado regulado de carbono. Estes são projetos importantes que vão ajudar a atrair investimentos e a retomar a atividade econômica.

O Presidente Lula fará uma reunião, daqui a pouco, com os Governadores do Nordeste. S.Exa. me pediu para que eu também estivesse presente. Por isso vou pedir licença para vocês para me retirar, mas quero agradecer muito o convite. Matei a saudade aqui do meu tempo de Deputado Federal. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Serei muito breve aqui. Vou fazer considerações super-rápidas.

Nós temos vários Parlamentares inscritos. Quero que compreendam que as falas serão logo na sequência, pois o Ministro precisa se retirar.

Mas eu quero, na sua presença, fazer o registro do nosso querido Senador Randolfe, que está presente, nosso Líder no Congresso Nacional, que nos assessora e nos coordena diretamente aqui; do Deputado Luiz Carlos Motta, Relator da PLOA; e do Senador Danilo Fortes, que é o Relator da LDO. Então, nós temos os três Relatores aqui presentes. Quero saudar todos vocês.

Quero saudar os colegas: Deputada Denise, Deputado Welter, Deputado Aírton Faleiro, Deputado Marcon, Deputado Nilto Tatto, Deputado Heitor Schuch, Deputado Silvío, Deputado João Leão, Deputado Gonzaga Patriota, Deputado Pedro Campos, Deputada Dilvanda, Senador Faro, que se encontra presente agora, Deputado Gaguinho, que foi também de Tocantins, Deputado João Leão,



obrigado pela presença. Quero saudar todos. E obrigado pela presença — acho que saudei todos que estão aqui. Muito obrigado pela presença de todos vocês.

O Vice-Presidente precisa se ausentar, mas nós vamos continuar com a nossa atividade.

Eu já vou chamar a próxima composição da Mesa. O Deputado Reimont já está anotando os nomes aqui dos Deputados que vão falar na sequência.

Mais uma vez, meus agradecimentos.

Peço uma salva de palmas ao nosso querido Ministro Geraldo Alckmin.  
*(Palmas.)*

Chamo imediatamente para compor a Mesa a Sra. Leany Barreiro de Sousa Lemos, Secretária Nacional de Planejamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento, que tem nos acompanhado diretamente aqui na CMO; a Sra. Anna Flávia de Senna Franco, Secretária-Executiva Adjunta, da Secretaria Executiva; o Sr. Henrique de Vilhena Portella Dolabella, Diretor do Departamento de Planejamento e Gestão Estratégica, do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima do Brasil; a Sra. Marina Soares Almeida, Diretora de Gestão Estratégica, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; o Sr. Aroaldo Oliveira da Silva, Presidente da Industrial Brasil e Diretor Executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Quero saudar o Deputado Padovani, Presidente da Comissão de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional — obrigado, Deputado Padovani, pela presença.

Saúdo o Deputado Zé Neto, Deputado Federal da Bahia, também presente aqui — obrigado.

Nós convidamos também, do mundo do trabalho e do mundo empresarial, representantes da CNI. Estamos aguardando a presença deles, que participarão desta reunião.

Convidamos o Sr. Nelson Karam, economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos — DIEESE.



Já que são vários painelistas representantes aqui, vamos combinar o seguinte: dissemos que o tempo seria em torno de 15 minutos, para que cada um pudesse apresentar bem o que os Ministérios, nas suas áreas, têm planejado para esse Plano Plurianual.

Podemos começar com a Anna Flávia? (*Pausa.*)

A Sra. Leany poderia fazer, primeiro, a *reprise* de alguns aspectos. Da outra vez ela o fez, por isso eu achei que agora ela poderia apresentar complementações.

Então, a primeira fala será da Sra. Leany Lemos, Secretária Nacional de Planejamento, do Ministério do Planejamento e Orçamento.

Obrigado pela sugestão, já acatada.

Com a palavra a nossa querida Leany.

**A SRA. LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS** - Bom dia a todos e a todas aqui presentes.

É um grande prazer estarmos de volta aqui com o nosso Relator, podendo falar sobre o Eixo 2 do PPA.

Eu já vou pedir a apresentação, se possível.

Nós vamos apresentar um painel mais amplo, Deputado, sobre quais são os temas, os eixos, os princípios e as diretrizes que regem esse Plano Plurianual, que foi feito de uma maneira bem diferente. Ele contrasta bastante de PPAs anteriores, não só porque traz uma camada estratégica reforçada e métricas muito claras de como é que nós vamos ver a transformação, enxergar a transformação das políticas públicas, como também traz uma camada tática e uma camada operacional muito voltada para resultados, onde houve um processo muito amplo de participação e de incorporação de sugestões da sociedade.

Eu fico aqui muito feliz, Deputado, de estar com os meus colegas da Esplanada, porque nós sempre dizemos que o nosso trabalho no Ministério do Planejamento é um trabalho de coordenação, é um trabalho de fomento, é um trabalho de qualificação. Mas quem faz o trabalho é quem está na ponta, é quem



conhece os temas, que é quem vai implementar essas políticas ao longo do tempo.

Nós temos este papel no Ministério, primeiro, de apoio na formulação e, posteriormente, no monitoramento e na avaliação dessas políticas para o redirecionamento dos resultados, para que, de fato, possamos ter resultados palpáveis e não seja só uma alocação orçamentária sem o efetivo resultado.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Esse é um resumo do nosso PPA. Nós temos uma visão de futuro que é um país democrático, desenvolvido, ambientalmente sustentável, onde todas as pessoas vivam com qualidade, dignidade e respeito às diversidades.

Isso eu acho que foi muito bem traduzido aqui pelo nosso Vice-Presidente, que falou não só de algumas prioridades, como combate à fome, enfrentamento da mudança climática, educação básica, atenção básica e especializada da saúde, neindustrialização e PAC, que são as nossas prioridades, como também de transversalidade.

Nesse Plano Plurianual, nós estamos dando uma especial atenção a alguns temas, que são multissetoriais, não são políticas localizadas, gênero, igualdade racial, pauta ambiental, povos indígenas, criança e adolescente, que são pautas que têm que ser vistas transversalmente. Nós trazemos isso nesse plano.

Muito importante é o que já foi dito aqui pelo nosso Relator sobre o volume de participação.

E esse PPA está estruturado, então, em três eixos. Para que nós alcancemos essa visão, nós temos 3 eixos e 35 objetivos estratégicos.

Com relação ao Eixo 1, nós tivemos na semana anterior uma audiência pública. Quanto ao Eixo 3, nós faremos isso na próxima semana.

O Eixo 2 está focado em economia, desenvolvimento econômico e sustentabilidade socioambiental e climática. Ele tem 15 objetivos estratégicos e 23 indicadores-chave.



Só lembro que o PPA traz uma volumetria de recursos em programas finalísticos de 13,3 trilhões de reais, que serão realizados nesses 4 anos, sendo que 3,9 trilhões de reais são não orçamentários, 566 milhões de reais são investimento das estatais e cerca de 8,9 trilhões de reais são de orçamento. Aqui no PPA não entra dívida, não entra encargos. É só a parte finalística. Do total orçamentário, 14%, 1,8 trilhão de reais, referem-se à gestão. Todo o resto é na política pública, é na ponta.

Eu já falei da visão de futuro. Vou passar mais rapidamente.

Nós sempre gostamos de trazer os indicadores-chave nacionais que têm indicadores com metas por banda. Nós estabelecemos um piso inferior, um piso superior, sendo que o verde, que vocês vão ver na apresentação, que vai ficar disponível, é sempre o cenário desejado. E por que é importante isso? Porque, por mais que nós tenhamos textos bonitos que traduzam o desejo do conjunto do Governo, que está expresso nos documentos, nos planos de governo do Presidente, nas suas falas, nos planejamentos setoriais, é muito importante que tenhamos métricas. Esse é um ponto muito forte deste PPA.

Na visão de futuro, especialmente, há um forte componente do Eixo 2, tanto na questão climática ambiental quanto na questão econômica. Trata-se de desemprego, investimento, crescimento de PIB, redução de emissões de gases de efeito estufa, redução de desmatamento, aumento de renda *per capita*. Então, esses são elementos muito importantes.

O Eixo 2, portanto, traz as seguintes questões: competitividade e produtividade; crescimento econômico; ambiente de negócio; toda a pauta de reindustrialização em novas bases, com agregação de valor de bens e serviços; toda a parte de desenvolvimento científico e tecnológico; inserção do Brasil na economia verde e digital; infraestrutura; redução de desigualdades regionais; economia solidária; e desenvolvimento rural. Então, é bastante amplo.



Como eu disse, além dos objetivos e dos 23 indicadores-chave, são 35 programas dos 88 e 176 objetivos específicos, todos com indicadores e metas, como vocês podem ver nos oito anexos que estão na lei.

Eu não vou ler todos os objetivos estratégicos, mas é importante dar um panorama do que ele traz: toda a parte de transição energética; toda a pauta de meio ambiente, de maneira transversal e priorizada; industrialização e produtividade, que eu já comentei; trabalho e emprego; ciência e tecnologia; eficiência; logística; e segurança hídrica, que foi um tema muito falado nas plenárias no Nordeste e também no Norte, por razões diferentes, um tema bastante mencionado nas nossas viagens.

A apresentação que vocês têm está disponível no *site* e tem todos os indicadores-chave e metas considerados. Apenas para dar um exemplo de indicadores: metas para dispêndio em pesquisa e desenvolvimento; metas de participação de energias limpas e renováveis na oferta interna de energia; valor adicionado da indústria de transformação em proporção ao PIB, ou seja, o crescimento da indústria no nosso PIB; famílias com cadastro ativo em Cadastro Único; população ocupada. Enfim, são vários indicadores que estão relacionados a cada um dos objetivos estratégicos.

Dos 35 programas, eu gostaria de destacar justamente alguns subeixos. Nós temos a parte de infraestrutura muito forte, de ciência e tecnologia e de produtividade e competitividade na economia.

Lembro as nossas agendas transversais, que eu citei no início: crianças e adolescentes, mulheres, igualdade racial, povos indígenas, ambiental. E menciono as prioridades que estão elencadas no texto do PLN 28: neoindustrialização; Novo PAC; combate ao desmatamento e enfrentamento da emergência climática; combate à fome e redução das desigualdades; educação básica; e saúde, atenção primária e especializada.

Existem algumas diferenças entre pautas transversais e prioritárias, não vou me alongar, mas a prioridade é reduzida. Temos um conjunto menor, um





subconjunto de atributos quando conseguimos ver e marcar a transversalidade de uma maneira mais ampla.

Para vocês terem uma ideia — eu acho que a Secretária Flávia vai falar bastante sobre o tema —, nós temos marcações no nível de programa, objetivos específicos, entregas e medidas institucionais tanto para a pauta ambiental quanto para a pauta prioritária de enfrentamento da emergência climática. Por exemplo, a pauta ambiental está em 50 dos 88 programas. Eu acho que essa é uma informação bastante relevante que traz tanto a agenda de mitigação quanto a agenda de adaptação. Nós trazemos bem completa a apresentação porque, como fica no *site*, eu acho que quem quiser se aprofundar pode olhar cada um dos detalhamentos, como cada programa está relacionado à pauta de mitigação e à pauta de adaptação.

Outro tema também muito importante, além do ambiental, é o novo PAC. O novo PAC é uma prioridade bastante relevante de centro de Governo. Nós temos aí quase mil entregas e praticamente 52, um pouco mais de 50 medidas institucionais, ou seja, normas que serão realizadas para viabilizar o PAC, ou para melhorar o ambiente para a execução, para a melhoria de infraestrutura e logística. Lembro que o novo PAC está em 15 Ministérios e em 38 dos 88 programas do PPA.

Então, quem quiser olhar o PAC, ele não está só no transporte, ele não está só em portos e aeroportos, ele está fundamentalmente na infraestrutura, mas ele está também na educação, ele está na saúde, ele está na cultura. Existem ações, iniciativas em mais de 30 programas em relação ao PAC. Nós trazemos alguns exemplos de objetivos com seus indicadores. Por exemplo, concessão de rodovias com mecanismos aprimorados, com indicador de quilômetros de rodovias concedidos e uma meta ao final do PPA de 14 mil quilômetros concedidos. Então, para cada uma das ações, nós temos indicadores e metas.

Sobre neointustrialização, não vou me deter mais, porque já tivemos o dono da agenda, mas é muito interessante ver o que tem sido feito no Conselho



Nacional de Desenvolvimento Industrial. A nossa equipe tem apoiado a equipe do MDIC para fazer uma conciliação do plano com as missões do conselho nacional, aquelas que foram aprovadas pela Resolução nº 1, de 2023. Então, para cada uma das missões que foram elencadas pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento, nós conseguimos identificar quais são os programas do PPA que têm alguma contribuição a dar e quais são os indicadores que devem ser acompanhados para melhor implementação dessa política, que pode ser acompanhada por todos, porque serão todos públicos. Haverá monitoramento, haverá relatórios, para que nós possamos acompanhar.

Gostaria aqui de agradecer mais uma vez aos nossos parceiros que ajudaram na construção desse PPA. Nós trabalhamos muito proximamente com o IPEA, com o IBGE, com o BID, com o CAF e também com a equipe que está aqui presente e que trabalhou e tem trabalhado ainda intensamente nessa segunda fase agora de revisão e de aprovação do PPA.

Obrigada, Relator.

**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - É sempre bom dar essa visão geral. Agradeço, inclusive, à Raquel, que deu a sugestão.

Nós temos aqui o Bira, Ubiratan de Souza, que está acompanhando aqui pelo Ministério da Secretaria Geral do Governo. Foram os dois Ministérios que organizaram, o Márcio Macêdo e a Simone Tebet, e essa equipe está lá junto. Deixo um abraço também para o Renato Simões, mas o Bira está nos acompanhando aqui. A Raquel também está junto e a Leany, que são as pessoas com quem nós tivemos mais contato nesse processo todo do PPA participativo, que é uma inovação.

Saúdo, mais uma vez, os Deputados Zé Neto, Dilvanda Faro, Welter, e Nilto Tatto, que estão presentes.

Eu queria citar também a Deputada Reginete Bispo, que está presente, e a Helena.

Anuncie, por favor, porque eu gosto que o nome esteja correto.



**A SRA. HELENA LIMA** - Bom dia. Eu sou a Helena Lima, de Roraima.

**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Isso. Obrigado, colega Helena Lima. Vários Deputados já passaram por aqui e já fizemos o registro anteriormente.

Vamos passar a palavra, então, para a Anna Flávia de Senna Franco, para fazer sua apresentação. Ela atua no Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima. Esse tema nós colocamos como o centro das nossas preocupações. Já foi dito aqui, antes, que são sinistralidades que nós vemos nas mínimas e máximas, digamos assim, em curto espaço de tempo, não só no Brasil, mas também no mundo. O tema de enfrentamento das emergências climáticas passa a ser o centro das preocupações.

Por isso nós queremos ouvi-la agora.

**A SRA. ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO** - Bom dia a todos e todas, Deputados e Deputadas aqui presentes. Eu cumprimento aqui os integrantes da Mesa, nossa colega do Ministério do Planejamento, que muito contribui para a consolidação do PPA. Cumprimento todos na pessoa do nosso Deputado Bohn Gass e cumprimento também os representantes dos órgãos, do Ministério do Meio Ambiente, os assessores parlamentares. Agradeço o convite para participar deste evento. Eu acho que é muito honroso estar presente aqui, porque o PPA representa um dos instrumentos mais importantes para a transparência e o controle social das políticas públicas nacionais. E o modelo que foi instituído pelo Ministério do Planejamento conseguiu agregar instrumentos de participação pública riquíssimos e contribuiu para que seja legitimada a política pública nacional para a sociedade brasileira.

Parabenizo-os pelo trabalho e reconheço o esforço da equipe do Ministério do Planejamento.

Eu vou fazer uma abordagem bastante ampla dos programas afeitos à área ambiental, mas o nosso Vice-Presidente acho que já conseguiu fazer uma



contextualização muito grande dos principais desafios afeitos à questão ambiental e ao desenvolvimento sustentável nacional.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Eu vou retomar, inclusive, um eslaide que já foi apresentado pela nossa colega do Ministério do Planejamento que menciona os três eixos estabelecidos pela metodologia do PPA. Eu gostaria de reforçar como foi apropriada a inclusão do tema ambiental no eixo de desenvolvimento econômico e sustentabilidade. Eu acho que isso demonstra um reconhecimento da política pública nacional, expressa no PPA, de que o desenvolvimento econômico está inteiramente condicionado e alinhado às questões de sustentabilidade ambiental, social. Não há mais — e acho que o nosso Presidente reforçou aqui — como promover o desenvolvimento econômico e social sem considerar as bases para uma economia limpa, um sistema renovável de energia e uma transformação ecológica capaz de dar sustentabilidade ao futuro.

Podemos passar o eslaide, mas este eslaide era para registrar a importância de a concepção da área ambiental estar junto ao eixo de desenvolvimento.

Bem, no segundo eslaide, eu vou destacar dois dos indicadores-chave nacionais que estão entre os mais importantes que foram pressupostos para a proposta do PPA. O primeiro indicador é de emissão de gases de efeito estufa no Brasil. Conforme a metodologia definida pelo Ministério do Planejamento, temos duas grandes metas a serem atingidas: uma mais realista e uma mais, digamos assim, otimista. O gráfico apresentado se baseia em informações do Sistema de Registro Nacional de Emissões — SIRENE, do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação. Podemos observar que o pico de emissão de gases de efeito de estufa se deu em 2001. Esse é um registro com evidências de que há alguns indicadores que estavam impactando a carbonização, os gases de efeito estufa decorrentes de processos de uso do solo e do desmatamento no Brasil, e que chegaram a um patamar de pico em 2021.



As projeções para o futuro têm como referência principalmente a meta estabelecida no Acordo de Paris de reduzir em 50% as emissões detectadas atualmente. Isso significa que a perspectiva é chegar a 2030 com uma emissão da ordem de 1,2 gigagrama de CO<sub>2</sub> equivalente, que é a medida das emissões. Este é o indicador de medida: gigagrama de CO<sub>2</sub> equivalente.

Para 2027, que é o patamar do PPA, a proposta e a tendência é reduzir a emissão de gases de efeito estufa para a ordem de 1,3 ou 1,4 gigagrama de CO<sub>2</sub> equivalente. Esse é um desafio enorme. É um desafio que não vai ser alcançado apenas com ações afeitas à área ambiental, mas é um desafio que vai envolver ações em todos os setores de desenvolvimento e em todos os programas e políticas que têm impacto sobre emissão de gases de efeito estufa e, principalmente, eu diria que envolve transformações importantes nos setores de energia, agricultura, transporte, mineração e outros setores que impactam a emissão de gases de efeito estufa. Gostaria de destacar que um dos principais responsáveis pelo aumento da emissão de gases é o processo de desmatamento. Esse é um enfoque, é uma prioridade em que o Ministério do Meio Ambiente tem atuado.

O segundo indicador representa esse desafio que é o controle e a redução do desmatamento no Brasil. O indicador se refere ao desafio de redução do desmatamento no Bioma Amazônia.

Para informação dos senhores, hoje dois terços das emissões de gases no País são decorrentes de desmatamento ou de atividades de uso do solo, tais como as atividades agrícolas. Esses dois tipos, digamos assim, de intervenções são os que mais interferem na emissão de gases de efeito estufa.

Então, a prioridade na definição de um plano e de uma ação estruturada, permanente e sistêmica de combate ao desmatamento é um desafio bastante importante para atingirmos essas metas.

Os esforços do Ministério, especialmente por mediações do IBAMA, do ICMBio, da Polícia Federal, vêm demonstrando o êxito das ações nesse propósito.



Nos primeiros 9 meses do exercício de 2023, já conseguimos reduzir em 50% o desmatamento da Amazônia se comparado ao mesmo período do ano anterior. Esses dados são apurados pelo DETER, com consistência técnica verificada.

Também em relação ao presente indicador, ressalta-se que é muito importante para o desafio de redução do desmatamento que haja o alinhamento com muitas outras políticas. Quanto às políticas relacionadas ao desenvolvimento econômico, temos que fomentar a modernização tecnológica, temos que propiciar alternativas tecnológicas e sustentáveis para que o País continue se desenvolvendo de maneira transformadora, como já disse o nosso Vice-Presidente.

O outro eslaide — estou reforçando o que já foi dito pela nossa colega do Ministério do Planejamento — é para mostrar que a agenda ambiental faz parte de uma das seis agendas transversais do País.

Destaco que hoje não só o Ministério do Meio Ambiente tem um relacionamento com o programa, integrando ações de 25 Ministérios, mas existem 19 Ministérios que já têm estruturas internas dedicadas ao meio ambiente, que já estão dotados de estruturas organizacionais com competência voltada para as questões ambientais relacionadas às suas competências finalísticas. E isso é um indicador muito importante de governança para a área ambiental, para a agenda ambiental.

Outro fator importante que eu quero destacar é que o programa de enfrentamento das emergências climáticas foi o mais votado na plataforma Brasil Participativo. Isso eu acho que tem um significado extremamente importante, porque significa que o tema está no radar da sociedade. Isso significa que os impactos decorrentes das mudanças do clima, que já são sentidos na realidade brasileira, diretamente na sociedade, nos Municípios... Como disse o nosso Presidente, hoje nós enfrentamos uma seca quase imprevisível no Norte do País, decorrente do fenômeno El Niño, mas também do aquecimento das águas do Pacífico. Acho que isso trouxe à tona uma realidade bastante explícita da situação



de mudanças do clima. Também na Região Sul do País nós vemos as chuvas e os ciclones. É importante destacar como a sociedade já reconhece esse programa como prioritário.

Fazendo agora um resumo rápido dos programas afeitos à pauta ambiental, nós coordenamos quatro grandes programas ambientais que atendem aos principais desafios da Pasta:

Enfrentamento das emergências climáticas, que tem como objetivo o fortalecimento da ação nacional frente às mudanças do clima, enfrentando os desafios de mitigação e adaptação, promovendo a resiliência aos eventos climáticos extremos e viabilizando, de forma transversal, oportunidades de transição para a economia de baixo carbono.

Eu não vou me aprofundar, porque eu acho que o Vice-Presidente, no início desse evento, já discorreu bastante sobre o desafio das mudanças climáticas e diretrizes para o Brasil, como a política de transformação ecológica, energia renovável e fortalecimento de biocombustíveis. E temos vários desafios de governança. A atuação para o enfrentamento das emergências depende de vários programas de Governo, mas esse programa traz em si a responsabilidade de estabelecer a governança, os planos setoriais para o enfrentamento da mudança do clima, a questão do mercado de carbono e a desertificação, que está inserida nesse desafio do programa de emergências climáticas.

O segundo programa é de proteção e recuperação da biodiversidade e combate ao desmatamento e incêndios florestais. Também não vamos discorrer. Nós sabemos que temos uma meta de Montreal, estabelecida na Convenção de Montreal, de ampliação das áreas protegidas em 30% até 2030, e vamos ter desmatamento zero, que é a meta estabelecida e explicitada pelo Presidente da República. A nossa meta é reduzir 20% do desmatamento anualmente até 2030, quando atingiremos praticamente o desmatamento zero.



A meta de ampliação de áreas protegidas, que eu acho que concorre também como controle do desmatamento para a melhoria da situação da cobertura vegetal nacional, prevê 30% de acréscimo de áreas protegidas.

Nós temos hoje, das áreas protegidas, cerca de 20% em áreas protegidas terrestres e 25% em áreas protegidas marinhas, e a tendência é chegar, no período do PPA, em 2027, a 28% de áreas protegidas no País. Essa é a nossa meta, e estamos fazendo todos os esforços para atingi-la.

Qualidade ambiental nas cidades e no campo. Esse é um programa que visa a promover a gestão ambiental urbana e rural por meio do controle da poluição e contaminação, mitigação dos impactos negativos das atividades urbanas, melhoria da qualidade ambiental e de vida e proteção dos direitos dos animais nas cidades e no campo.

Trabalhamos com estímulo à reciclagem de resíduos, apoio aos catadores, fortalecimento da logística reversa, controle das substâncias químicas, monitoramento da qualidade do ar, água e solo e defesa dos direitos dos animais.

Gostaria de dizer que a Vanessa, nossa diretora, está aqui. *(Palmas.)*

Gostaria de ressaltar que ação do Programa Nacional de Proteção e Manejo Populacional de Cães e Gatos foi considerada a ação mais votada no processo de votação da participação pública do PPA. *(Palmas.)*

Por último, eu ressalto o programa de bioeconomia para o novo ciclo de prosperidade. Trata-se de um programa inovador, que não existia, é novo no Ministério. Essa ação visa a promover a transição para uma economia que estimule cadeias de valor da biodiversidade, soluções baseadas na natureza e no modo de vida e os conhecimentos dos povos e comunidades tradicionais de forma inclusiva, com repartição justa e equitativa dos seus resultados.

Estamos trabalhando na constituição dos programas que visem a fortalecer cadeias de valores de produtos da sociobiodiversidade, que possibilitem gerar renda, fortalecer as comunidades e promover o desenvolvimento local.





Temos ainda a retomada do Programa Bolsa Verde, que visa à transferência de renda e ao fortalecimento das sociedades, dos povos e comunidades tradicionais, dos povos das FLONAs, para a conservação da biodiversidade.

Temos também a proteção do patrimônio genético. Estamos agora com o novo comitê já instalado, temos o fundo de patrimônio genético, que já está em funcionamento, e as concessões florestais.

As concessões florestais são um grande desafio também na linha de fortalecer o mercado de carbono. No PPI já existem propostas robustas para estabelecer concessões florestais nas nossas florestas nacionais, e o modelo de concessão tem por trás dele também diretrizes de que parte dos recursos das concessões serão canalizados para o desenvolvimento das comunidades do entorno dessas florestas nacionais.

Eu vou parar por aqui.

Peço desculpas pelo tempo. Eu queria que passassem a palavra para o Henrique para ele detalhar melhor o que falei, mas, em decorrência do tempo — não é, Henrique? —, eu vou propor que ele passe para os últimos eslaides, para falarmos das contribuições que o Congresso pode dar. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Sra. Anna Flávia, pela sua participação.

Nós passaremos a palavra ao Sr. Henrique de Vilhena Portella Dolabella, que vai dar sequência agora, ainda pelo Ministério do Meio Ambiente.

É muito justo que neste momento tenhamos aqui o cartão da nossa querida Vanessa Negrini, que é diretora. Eu anuncio a sua presença. Ela é militante na área da proteção e defesa dos animais.

Eu vejo que várias pessoas estão nos acompanhando aqui. É este o ponto de aprofundamento que nós exatamente queremos abordar hoje: desenvolvimento com crescimento, distribuição de renda e sustentabilidade. Então, todos os temas entram aqui. E eu sempre faço a minha propaganda para termos a aprovação de



um projeto de que eu sou autor que proíbe a produção de fogos com estampido.  
(Palmas.)

A beleza dos fogos tem que ser o brilho, as cores, e não o barulho para incomodar. A alegria de um não pode ser a desgraça do outro, não se pode largar um foguete metendo barulho na cabeça do outro. Crianças, pessoas com necessidades e idosos sofrem muito, assim como os animais, a natureza.

Então, parabéns pela militância!

Quero aproveitar a oportunidade para saudar o Gervásio, o nosso Diretor Presidente da UNICAFES, que está presente aqui. Obrigado pela sua presença também.

Passo a palavra para o Sr. Henrique, do Ministério do Meio Ambiente. Depois nós passaremos para o Ministério do Desenvolvimento Regional.

**O SR. HENRIQUE DE VILHENA PORTELLA DOLABELLA** - Obrigado, querido Deputado Bohn Gass. Quero cumprimentá-lo e agradecê-lo pela oportunidade de estar aqui debatendo as propostas do Governo de estruturação do Plano Plurianual, para apreciação por esta Comissão e por toda a Casa. Sempre que realizamos o diálogo, conseguimos alinhar melhor as nossas expectativas em relação ao que está na pauta. Isso certamente resulta numa coordenação mais clara e na construção de propósitos em comum. Isso ajuda todos nós a, de forma fundamental, concretizarmos o que queremos para o País.

Quero cumprimentar o Deputado Nilto Tatto, Coordenador da Frente Parlamentar Mista Ambientalista, e quero agradecê-lo por todo o trabalho que está sendo feito.

Cumprimento os demais integrantes da Mesa: a Sra. Marina, do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional; o Sr. Aroaldo, Presidente da IndustriALL-Brasil e Diretor-Executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC; a Sra. Secretária Leany; e a Sra. Anna Flávia, minha chefe — obrigado pela oportunidade.



A minha exposição está muito relacionada às metas. Quais são os objetivos específicos e as metas que foram estabelecidas para a dimensão ambiental do PPA?

Antes disso, eu queria colocar que o que orientou a definição dessas metas foi um trabalho técnico muito guiado por parâmetros políticos estabelecidos em outras esferas. Em primeiro lugar, nós fomos muito guiados pelas prioridades estabelecidas no programa de Governo. Isso se reflete nas diretrizes postas no PPA.

Em segundo lugar, o nosso trabalho foi muito pautado pelos diversos acordos internacionais do qual o Brasil é signatário, pelas diversas convenções a que o Brasil aderiu, que refletem o nosso compromisso perante o mundo. Assim, nós tentamos internalizar esses compromissos também nos nossos instrumentos internos de planejamento, afinal os problemas ambientais do mundo exigem a coordenação global, não é uma ação isolada que vai resolvê-los, razão pela qual nós precisamos demonstrar as nossas contribuições.

Em terceiro lugar, também nós não podemos ignorar os compromissos nacionais que o Brasil já assumiu perante a sua população. Falo de compromissos nacionais que foram celebrados por esta Casa, pelo Parlamento brasileiro, na Política Nacional de Resíduos Sólidos, na Política Nacional sobre Mudança do Clima, entre diversos outros. Então, nós fizemos um grande trabalho de recuperação dessas metas, desses objetivos colocados nessas outras esferas, e eles foram internalizados no Plano Plurianual.

Indo direto ao ponto, em relação ao primeiro programa coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima, que é o enfrentamento da emergência climática, temos algumas metas muito claras, para nos comunicar de forma clara com a população e também orientar toda a ação governamental. Esperamos também ajudar a orientar esse trabalho de coordenação com o Legislativo.

*(Segue-se exibição de imagens.)*



Em primeiro lugar, há a meta de que todas as emissões nacionais de gases de efeito estufa sejam cobertas por planos setoriais de mitigação. Há um trabalho muito grande de revisão desses planos setoriais de mitigação. São oito grandes setores, com destaque para o desmatamento. Já estão se concretizando os Planos de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia, no Cerrado, que está em consulta pública, e, posteriormente, também haverá planos voltados aos outros quatro biomas nacionais.

Em segundo lugar, temos o desafio de aumentar a resiliência da Zonas Costeiras e Marinha frente aos efeitos da mudança do clima. Nós fazemos isso principalmente por meio da conservação da biodiversidade nessas zonas. O oceano é um grande sumidouro de carbono. Ele é essencial para diminuir as nossas emissões líquidas. Por outro lado, a biodiversidade nas zonas costeiras e marinhas é fundamental para aumentar a resiliência dessas áreas aos impactos e às alterações climáticas que estão aí para todos nós vermos.

Então, o indicador com que nós conseguimos sintetizar esse objetivo é o aumento da área protegida costeira e marinha do Brasil. Dessa forma, pretende-se passar dos 26%, chegar a 28% até o final de 2027, para chegarmos à meta estabelecida em acordo internacional de 30% de proteção dessas áreas até 2030.

Em terceiro lugar, nós temos o grande trabalho de aumentar o número de Estados cobertos com ações para a implementação de políticas de combate à desertificação e para a mitigação dos efeitos da seca. Atualmente, há seis Estados cobertos. A desertificação é um problema que não se restringe à região do Semiárido, não se restringe à Caatinga, já afeta todos os Estados da Região Sul do Brasil e, lamentavelmente, como estamos vendo aí no noticiário, também está chegando à Amazônia e já consegue abarcar o Cerrado.

Parafraseando o Vice-Presidente, que eu já ouvi falando isso diversas vezes, prevenir é melhor do que remediar. A desertificação gera um desastre não só ecológico, mas também econômico e social, por perda da capacidade produtiva da terra, com impactos absolutamente perversos para as populações que dependem



dessa terra, que dependem desses ecossistemas para a sua sobrevivência. Então, é fundamental nós conseguirmos aumentar o número de Estados cobertos com planos de combate à desertificação.

Ainda em relação à mudança do clima, temos uma ação contínua de educação ambiental. Temos a meta de implementar 220 iniciativas de educação ambiental participativa, popular e territorial, com muita participação popular. É preciso que isso seja adequado ao território em que as populações estão localizadas, contemplando centros, salas verdes. A Conferência Infantojuvenil pelo Meio Ambiente também é um instrumento importante para conseguirmos alcançar essa meta.

Em quinto lugar — isso aqui ilustra muito bem a transversalidade do PPA —, menciono dois objetivos específicos coordenados por outros Ministérios, mas que estão dentro desse programa coordenado pelo Ministério do Meio Ambiente.

O primeiro deles, coordenado pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional e pela Agência Nacional de Águas, é chegar a 100% dos Municípios com ações de adaptação a eventos hidrológicos extremos. Esses eventos contemplam tanto chuvas excessivas, que causam grandes desastres por deslizamentos, enchentes, etc., que anualmente observamos, quanto seca extrema. Refiro-me a uma adaptação não só relativa à agricultura, mas também para a garantia da própria sobrevivência da população. Então, a meta é chegar a 100% dos Municípios até o final de 2027.

Por fim, temos uma dimensão desse programa muito calcada na ciência. Sem ciência, não conseguimos fazer diagnósticos corretos, não conseguimos ter informações precisas para balizar a ação do poder público. Então, este objetivo específico está muito vinculado à valorização dessa dimensão da ciência para fundamentar as ações do poder público: ampliar o número de instrumentos de informações, previsões e modelos de mudanças climáticas, para assim mitigarmos as nossas emissões e nos adaptarmos a essas inevitáveis mudanças.



Partindo agora para o Programa de Proteção e Recuperação da Biodiversidade e Combate ao Desmatamento e Incêndios, o nosso primeiro objetivo específico é prevenir e controlar o desmatamento e a degradação da vegetação nativa do Brasil. A meta aqui é reduzir o desmatamento no País em 20% anualmente. Isso foi calibrado, orientado pelo Acordo de Paris e também pela meta de desmatamento zero até 2030.

Só vou pedir correção na linha de base. Partimos de um patamar de 11.568 quilômetros quadrados em 2022. Mas, se cumprirmos essa meta de 20% de redução de desmatamento anualmente, chegaremos, em 2030, a um patamar de desmatamento líquido zero.

Em segundo lugar, temos um trabalho contínuo de combate aos incêndios florestais, o que envolve também ações de capacitação e educação ambiental para a realização de manejo integrado do fogo. O manejo integrado do fogo é fundamental para conseguirmos minimizar os riscos dos incêndios.

É impressionante como o trabalho neste ano já foi muito bem feito, porque, a despeito de estarmos enfrentando uma das piores secas da história da Amazônia, estamos tendo um nível de desmatamento e de incêndios muito menor do que nos anos anteriores, apesar de condições externas muito mais desfavoráveis. Então, isso demonstra que o trabalho que o IBAMA vem fazendo, que o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade vem fazendo, sempre em articulação com os Estados e as Prefeituras, está sendo muito bem feito. E isso precisa ser mantido para o futuro.

Também temos uma meta de aumentar o número de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção alcançadas por instrumentos de conservação de espécies.

Em quarto lugar, temos uma meta norteadada pelo Acordo de Paris. Nesse acordo há o compromisso de promover a recuperação de 12 milhões de hectares de florestas e demais formas de vegetação nativa do Brasil. Essa é uma meta na qual, lamentavelmente, não progredimos nos últimos anos como Nação. E agora



temos muito pouco tempo para tirar o atraso. Esse é um compromisso fundamental que baliza a posição do Brasil não só internacionalmente, mas também para a sua população, porque plantar floresta é plantar água, é plantar vida, é aumentar a produtividade. Isso está muito associado a toda nova estratégia de desenvolvimento na bioeconomia para um novo ciclo de prosperidade.

Por fim, nós temos também essa meta alinhada a um acordo, à Convenção sobre Diversidade Biológica, uma convenção internacional, e ao Protocolo de Montreal recentemente, de aumentar para 28% o território terrestre marinho sob proteção. Nós partimos de uma linha de base de 21%, e, se nós chegarmos a 2027 com 28% protegidos, nós estaremos bem na fita para chegar a 30% em 2030.

Agora, mudando um pouco a esfera, partindo para a qualidade ambiental, que é tão fundamental não só para a saúde do meio ambiente, mas também para a saúde humana e também para a nossa pujança econômica, em primeiro lugar, nós temos essa meta de aumentar a taxa de resíduos recicláveis secos e orgânicos.

Hoje nós estamos num patamar muito baixo. Mais uma vez, essa é uma dimensão na qual não progredimos nos últimos anos, e a taxa está completamente desalinhada do Plano Nacional de Resíduos Sólidos, que estabeleceu metas muito mais ambiciosas para esse indicador. Nós temos a meta de chegar a 8,3% de taxa de reciclagem, o que representa um aumento de quase 4 vezes na taxa de reciclagem.

Em segundo lugar, nós temos a meta de ampliar a quantidade de substâncias químicas controladas, de 24 mil para 30 mil, e de ampliar o número de Municípios com iniciativas para aperfeiçoar a gestão ambiental municipal sempre de forma integrada — ampliar para 400. Haverá a cobertura de uma parcela muito grande da população brasileira se chegarmos aos 400 maiores Municípios.

Outro elemento fundamental é aumentar para 50% a integração das Unidades da Federação que geram dados de monitoramento da qualidade do ar,



água e solo para o Sistema de Monitoramento Federal. Isso é muito importante para aumentar a capacidade de resposta de Estados, de Municípios e da própria sociedade civil a eventos que alteram a qualidade do ar, que comprometem a saúde; a eventos que alteram a qualidade da água, que comprometem a saúde e a agricultura; entre outros.

Nós temos também a meta de ampliar para 40% a quantidade de Municípios brasileiros com ações ou instrumentos na Agenda Nacional de Proteção, Defesa, Bem-Estar e Direitos dos Animais, um aumento significativo. Hoje nós só conseguimos alcançar 2% dos Municípios brasileiros. Isso vai dar mais ou menos 110 Municípios para nós chegarmos a 40% dos Municípios brasileiros, chegar a mais de 2 mil Municípios. Então, essa é uma agenda muito ambiciosa que exige muita participação também da sociedade civil para se concretizar.

Por fim, para tratar da Agenda da Bioeconomia, que é uma agenda nova, é um programa novo que está inserido nesse novo enquadramento da ação pública para desenvolver esse setor, nós temos aqui as metas de ampliar para mil o número de negócios de bioeconomia — associações, cooperativas e empresas associadas ao Governo Federal. Hoje essas iniciativas são muito dispersas, elas não são integradas, e essa integração é fundamental para nós conseguirmos gerar uma prosperidade baseada no novo modelo de desenvolvimento.

Em segundo lugar, nós temos uma agenda já histórica das concessões florestais, que já está prestes a fazer 20 anos. Então, é preciso aumentar muito o patamar dessas áreas, partindo de 1 milhão e 300 mil hectares para chegar a mais de 5 milhões de hectares. Isso gera emprego na veia e gera renda na veia e em áreas que estão muito suscetíveis a práticas ambientais predatórias não só de grilagem, mas também de garimpo. Então, isso é fundamental para nós cumprirmos o compromisso do Presidente Lula de dar alternativa econômica, de propiciar alternativas para a população gerar desenvolvimento em bases sustentáveis.





Em terceiro lugar, nós temos a meta de ampliar dramaticamente o acesso ao patrimônio genético também. Isso envolve pesquisas, envolve ciência, tecnologia e desenvolvimento industrial de ponta para acelerar o desenvolvimento econômico do Brasil.

Em quarto lugar, está uma das agendas prioritárias do Ministério do Meio Ambiente que é atender, em mudança do clima, 120 mil famílias pelo Programa Bolsa Verde, que está sendo empacotado de várias formas. Ele não é só uma transferência de renda, que remunera os serviços ambientais prestados pelos povos e por comunidades tradicionais. Ele tem um papel fundamental na preservação de ecossistemas, na preservação de florestas. Todos nós nos beneficiamos com isso, por meio das chuvas e por meio da qualidade do ar. Nós temos que atender a essas 120 mil famílias. Temos que aumentar também o número de famílias atendidas, com instrumentos de gestão e assessoria técnica e extensão rural socioambiental para aumentar a qualidade ambiental no campo.

Temos que aumentar a área inventariada pelo Inventário Florestal Nacional do Brasil para 502 milhões de hectares. Essa é uma agenda que, no passado, progrediu bem. Temos a meta de chegar a 60% do território nacional, com informações florestais importantes, que vão fundamentar não só a agenda de desenvolvimento, mas também uma agenda de carbono.

Por fim, temos três objetivos específicos coordenados em programas por outros Ministérios.

Era isso. Agradeço a oportunidade de tratar do assunto.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Somos nós que agradecemos, Henrique, a presença do Ministério do Meio Ambiente.

Vamos passar a palavra agora para a representação do Ministério do Desenvolvimento Regional, Sra. Marina Soares Almeida, Diretora de Gestão Estratégica da Secretaria Executiva do Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional.



Eu quero que transmita nossa saudação, em nome desta Comissão, tanto para a Ministra Marina Silva quanto para o Ministro Waldez Góes, que estão sempre presentes aqui e são muito engajados nas atividades neste momento tão importante em que precisamos de toda a atenção para essa temática que está nas prioridades e nos eixos do PPA.

Tem a palavra a Sra. Marina.

**A SRA. MARINA SOARES ALMEIDA** - Bom dia a todos.

Eu queria agradecer e registrar a participação do meu colega Sergio Queiroz, Coordenador-Geral de Planejamento, que está me acompanhando, e do meu colega Vitor, da Assessoria Parlamentar. Muito obrigada.

Em nome do Deputado Bohn Gass, eu cumprimento todos os colegas da Mesa.

Vamos rapidamente para a apresentação.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Nós trouxemos um balanço de como foi o nosso processo de PPA no Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional. Eu trouxe dois eslaides iniciais na intenção de valorizar o processo. Chegamos a essa altura do ano com um planejamento robusto, bem estruturado. Trazemos para este debate um planejamento muito bem estruturado, mas o processo foi longo, com participação de muita gente, houve muita gente envolvida. Foi um processo conduzido pelo Ministério do Planejamento, com apoio da ENAP, e muita gente participou.

Passamos por realização de oficinas; análise dos relatórios produzidos nessas oficinas; definição de entregas, indicadores e medidas institucionais e normativas; inserção dos atributos no SIOP; e revisão desses atributos.

Foram duas rodadas de oficinas em que participaram diversos técnicos em nível gerencial.

No primeiro ciclo, houve definição dos programas e dos indicadores e verificação da convergência dos planos regionais de desenvolvimento com os programas e entregas dos Ministérios. No nosso caso, do Ministério da Integração



e do Desenvolvimento Regional, é uma parte do planejamento bastante relevante essa vinculação, articulação com os planos regionais.

No segundo ciclo, houve as propostas de entregas, indicadores e medidas institucionais e normativas, de forma transversal em cada programa, envolvendo diversos Ministérios.

Esse processo, no que diz respeito ao MIDR, foi bastante fluido. Tivemos bastante parceria dos colegas do Planejamento. Na minha opinião, se temos um engajamento, uma harmonização do corpo técnico, temos uma chance de ter um planejamento muito mais forte, muito mais representativo ao final do processo.

Esse eslaide, eu vou passar direto porque nossos colegas já falaram bastante sobre a estrutura do PPA 2024-2027. Eu gostaria apenas de registrar que há uma complexidade, uma estratificação muito maior do que os PPAs anteriores. Isso tende a pesar bastante o monitoramento, mas tende também a demonstrar muito mais os resultados alcançados ao final do processo. Então, me parece que as entregas mais estratificadas, ali na camada gerencial, vão trazer um ganho para esse planejamento.

No que diz respeito ao MIDR, no Eixo 2, apuramos três indicadores estratégicos: índice de capacidade municipal de gestão de riscos e de desastres; razão entre rendimento domiciliar *per capita* nas grandes regiões e rendimento domiciliar *per capita* nacional; e a razão entre o PIB *per capita* regional e o PIB *per capita* nacional.

Os programas que são coordenados pelo MIDR são três: Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, aqui nós contamos com a participação do Ministério do Meio Ambiente; Gestão de Riscos e de Desastres, contamos com a participação do MCID, do MCTI, do MME e do IBGE; e Recursos Hídricos: água em quantidade e qualidade para sempre, aqui contamos com a participação do MMA e do MME.

Outros programas em que o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional tem participação são: Cidades Melhores; Saneamento Básico; e



Enfrentamento da Emergência Climática, sobre os quais os colegas do MMA já falaram anteriormente.

Aqui é um detalhamento um pouco maior acerca dos programas que são coordenados pelo MIDR.

No Desenvolvimento Regional e Ordenamento Territorial, nós temos três objetivos específicos. O responsável por essas entregas, por essas medidas institucionais e normativas é a nossa Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional. Os objetivos são: assegurar o desenvolvimento produtivo inovador, inclusivo e sustentável, em todo o território nacional, com foco nas prioridades da Política Nacional de Desenvolvimento Regional; aperfeiçoar as estratégias e instrumentos de planejamento multiescalar e transversal para o desenvolvimento regional e ordenamento territorial, com melhoria de governança e transparência; e aprimorar a aplicação e o acesso aos instrumentos de fomento ao desenvolvimento regional. Aqui, nós contamos, como responsável, com a participação da nossa Secretaria Nacional de Fundos e Investimentos.

No Programa de Gestão de Riscos e Desastres, nós temos dois objetivos específicos. É importante enfatizar aqui que o primeiro objetivo, que é ampliar a capacidade dos Municípios para a gestão dos riscos de desastres, com investimentos em prevenção, mitigação, preparação, mapeamento e monitoramento, alerta, integração das políticas públicas e capacitação dos atores do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, é um objetivo específico muito mais voltado para o planejamento, para a preparação; e o segundo objetivo, que é otimizar o apoio federal nas ações de resposta e recuperação pós-desastre, é um objetivo específico mais de reação, uma vez que a catástrofe já aconteceu. É um objetivo que visa atender de forma mais eficiente e eficaz possível. A nossa Secretaria Nacional de Proteção e Defesa Civil é a responsável por essas entregas.

E, por fim, o último programa, o Programa de Recursos Hídricos, que tem quatro objetivos específicos: preservar, conservar e recuperar bacias



hidrográficas, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade; ampliar a área e a produtividade da agricultura irrigada para o desenvolvimento regional, observando o uso racional dos recursos naturais; ampliar a segurança hídrica e a resiliência à mudança do clima por meio da implantação, recuperação e manutenção da infraestrutura hídrica, em bases sustentáveis, especialmente nas regiões em situação crítica; e aprimorar os usos múltiplos da água e os serviços hídricos, observando a eficiência e a sustentabilidade, ampliando o conhecimento sobre recursos hídricos, minimizando os riscos e ocorrências de conflitos. Aqui, nós contamos também com a participação, em diversas entregas, de várias unidades vinculadas ao MIDR, como CODEVASF, DNOCS e a própria ANA.

Eu gostaria de destacar ainda — o que é também uma inovação desse PPA — a participação social. O MIDR recebeu algumas propostas da população. Algumas já haviam sido encaminhadas pelas próprias propostas das nossas Secretarias Nacionais. Outras foram incorporadas. E boa parte delas foi endereçada a outros Ministérios, a exemplo do Ministério dos Transportes, que não era exatamente competência do MIDR.

Eu queria fazer aqui um recorte do nosso PPA relativo ao Novo PAC. Temos 69 entregas, todas de recursos hídricos, algumas medidas institucionais e normativas. Eu queria mostrar para vocês dois recortes territoriais. Essas imagens são do próprio Novo PAC, do *site* da Casa Civil.

Então, temos aqui na parte de revitalização de bacias hidrográficas um investimento previsto de 2 bilhões até 2026; após esse ano, 2,3 bilhões. São dessas regiões aqui as bacias hidrográficas em que esse investimento será feito. Estamos ainda na fase de novas seleções.

Por fim, quero mostrar esse outro recorte territorial também, das obras relativas à infraestrutura hídrica. Temos o foco principal na Região Nordeste, e alguma coisa também nas Regiões Sul e Sudeste. Aqui há algum detalhamento mais específico. Tudo isso está no *site* da Casa Civil, no que se refere ao Novo PAC. Essa territorialização é relevante para nós que tratamos de desenvolvimento



regional. No geral, tendemos a ver os nossos investimentos de forma territorializada. Essa visualização em mapas faz bastante sentido para nós.

Era isso que eu tinha para apresentar.

Eu queria, em nome do Ministro Waldez e do Secretário-Executivo Valder, agradecer por esta oportunidade. Eu acho que este debate, a essa altura do campeonato, na Comissão, é superrelevante.

Muito obrigada pela oportunidade de participar do debate, de ouvir os colegas e de apresentar o que o MIDR está planejando fazer para os próximos anos. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Muito obrigado, Sra. Marina. Nós que agradecemos.

Eu quero aqui fazer apenas um rapidíssimo comentário, passando já a palavra na sequência. O Presidente Lula tem falado muito que nós precisamos — são três palavrinhas básicas — de credibilidade, estabilidade e previsibilidade. São essas três palavras. E elas estão presentes em todo o planejamento.

Eu estava comentando com a Leany sobre o nosso desejo, como Relator, quanto ao PPA, e é bom que digamos, porque, muitas vezes, as pessoas não têm a cultura de planejamento, de olhar algo no médio e longo prazo, e ficam muito focadas apenas na LOA, que é a Lei Orçamentaria Anual, e na Lei de Diretrizes, que é também anual. Há mobilização setorial legítima, interesses localizados legítimos. Mas nós precisamos olhar essa intersetorialidade. Não sei se a palavra mais correta é essa, a transversalidade, mas a intersetorialidade.

Aqui nós estamos tendo uma composição de Mesas que dialogam exatamente sobre esses aspectos. Se isso estiver bem compreendido e se debatermos isso em todas as esferas — federal, estadual, municipal —, com a participação da sociedade, nós poderemos, sim, criar outro ambiente onde nós vamos apresentar todas as pautas e ter o controle social e a participação social.

Eu queria chamar a atenção para isso, porque esse diálogo que vocês estão apresentando dá para compreender bem por que nós estamos fazendo essas



Mesas separadas, mas que se cruzam. É muito importante ouvir vocês. Obrigado pela participação aqui.

Agora, a próxima fala será do Sr. Aroaldo, Presidente da Industrial Brasil e Diretor Executivo do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC.

Quando se fala aqui em desenvolvimento econômico, geração de renda, trabalho, emprego, nós queremos um modelo de emprego não precarizado, emprego de qualidade. Quando se fala em neointustrialização, descarbonização, indústria mais verde, nós queremos empregos mais qualificados. Então, a sua presença aqui, Aroaldo, é muito importante para darmos esse tom e ouvir V.Sa. sobre o que os trabalhadores do mundo do trabalho, as centrais sindicais imaginam de políticas públicas e de desenvolvimento com sustentabilidade no próximo período.

Com a palavra o Sr. Aroaldo Oliveira da Silva.

**O SR. AROALDO OLIVEIRA DA SILVA** - Obrigado, Deputado.

Primeiro, bom dia a todas e todos.

Quero agradecer pelo convite. Acho que é importante interagirmos.

Como foi anunciado, sou Aroaldo, trabalhador da Mercedes, em São Bernardo do Campo, na Região do ABC Paulista. Estou na direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e Presidente de uma organização chamada Industrial Brasil. Essa é uma organização do movimento sindical que congrega trabalhadores metalúrgicos, trabalhadores químicos, trabalhadores da confecção e calçados, trabalhadores dos setores de energia, da construção civil e da alimentação.

Fizemos essa articulação com esse sindicato, com essas confederações, para começarmos a debater e aglutinar toda a discussão de política industrial, principalmente de política industrial, e os reflexos para o mercado de trabalho, para os trabalhadores, e qual modelo de desenvolvimento econômico e de industrialização queremos.

*(Segue-se exibição de imagens.)*



A primeira questão que está norteando todo o debate, até pelo próprio Ministério da Indústria — estava aqui o Vice-Presidente, Ministro Alckmin —, acho sempre importante reforçar, é que o mercado interno brasileiro é patrimônio do Brasil. Isso está na Constituição. O Vice-Presidente Alckmin pontuou bem: a extensão territorial do Brasil, a população que temos, o potencial econômico, isso é patrimônio brasileiro. Isso faz parte do debate da soberania nacional. É uma questão de segurança nacional. Então, na hora em que vamos debater desenvolvimento econômico, na hora em que vamos debater a indústria, temos que levar muito isso em consideração.

E para se pensar nesse desenvolvimento econômico, como todo mundo aqui fez questão de ressaltar em todas as falas e o Ministro Alckmin também — e aqui já cumprimento todo mundo da Mesa —, nós estamos no meio de diversas transições.

Já foi pontuado muito sobre a questão da transição energética. Nós temos que ir para uma economia descarbonizada. Nós estamos em uma transição ecológica muito debatida sob todas essas ações aqui já relatadas. Quanto à emergência climática, nós precisamos pensar nessa transição ecológica, e nós estamos em uma transição tecnológica porque há a digitalização, a indústria 4.0, a manufatura avançada, enfim, diversos nomes. Mas o que foi mais cunhado no último período é a digitalização.

Então, temos alguns cenários que podemos vivenciar no Brasil e nós, os trabalhadores, o movimento sindical, temos debatido muito sobre isso, começando pelo cenário da direita. Nós podemos ter um cenário de relevância global, estagnar do jeito que estagnamos no último período, o Brasil não acreditar nem na ciência, como foi no último período. Então, nós podemos parar no mundo, ver o mundo passar e não termos relevância alguma em nenhuma dessas áreas ou podemos querer nos adaptar a essas áreas, que é o cenário do meio, com a degradação dos instrumentos e do patrimônio nacional que temos, fazendo uso só





da tecnologia estrangeira ou do que os países centrais decidem para o sul do mundo.

Mas como o Deputado Bohn Gass reforçou a todo instante, vivenciamos no Brasil um momento de pensarmos, planejarmos e sabermos, de fato, qual é país que queremos com inclusão social, melhoria da qualidade de vida das pessoas, trabalho e renda de qualidade.

Então, é o primeiro cenário que começamos a discutir, que temos que pensar em uma transição qualificada, com planejamento, reposicionando o Brasil e o inserindo no mundo. E o que isso significa? Que, em todas essas áreas de transição, nós temos potencial de desenvolvimento nacional com desenvolvimento do povo brasileiro.

E aqui eu fiz uma apresentação que acho que depois vai ficar para o pessoal, porque, na hora em que debatemos o desenvolvimento econômico, fixamos muito e debatemos muito a indústria — e o Ministro e o Vice-Presidente vieram falar um pouco da indústria. E por que a indústria? Porque a indústria é o setor da economia que tem capacidade de gerar mais inovação, mais soluções materiais — é a cadeira onde estamos sentando; é o microfone que estou usando, e o Ministro já usou esse exemplo; a roupa produzida que vestimos. Todos são frutos da indústria. Por mais que haja outros setores que dialogam, todos são frutos da indústria. Também a indústria tem a capacidade de ser o inverso, tem a capacidade de ser mais destrutiva com relação ao meio ambiente nos territórios.

Por isso há o debate sobre a indústria, as longas cadeias que ela tem e a possibilidade do transbordamento para outros setores da economia. Mas nós assistimos, nos últimos anos, à degradação da nossa indústria, em que não houve investimento em ciência e tecnologia, em pesquisa e inovação, assistimos à subserviência ao norte global, à alta dependência tecnológica. É só olharmos a nossa balança comercial: exportamos *commodity*, petróleo bruto, grão; exportamos baixa tecnologia e importamos alta tecnologia.



Passamos por uma degradação muito grande, o que traz imediato efeito ao desenvolvimento econômico. Há o rebatimento no desenvolvimento tecnológico, na distribuição de renda, na geração de emprego.

Um ponto que foi muito debatido, que também os Ministérios vêm debatendo muito, trata das missões. Isso é de extrema importância para o nosso debate do desenvolvimento econômico, é de extrema importância para o debate da política industrial, da economia, de forma geral: nenhum setor econômico, seja a indústria, seja a tecnologia, nenhum investimento em tecnologia pode se basear, ao fim, nele próprio. Ele está a serviço de alguma coisa.

Nós temos isso bem claro. Como já foi dito aqui pelos representantes dos Ministérios, o segmento tem que estar a serviço do social, tem que atender às demandas sociais, para melhorar a qualidade de vida do povo. O debate sobre missões tem extrema importância na discussão do desenvolvimento econômico.

Como já possuímos no Brasil regiões que já estão inseridas em algumas cadeias, regiões que já possuem uma industrialização madura, precisamos pensar como essas regiões vão ficar com essas transições todas que estamos vivenciando, seja transição energética, seja transição ecológica, seja transição tecnológica.

Então, vimos discutindo muito como pensar a reconversão desses territórios, dessas bases industriais que já existem e que já estão colocadas em diversas regiões do Brasil. E nós temos que pensar — e este é um debate muito importante para os trabalhadores e trabalhadoras no Brasil — no debate da justa transição. Este é um debate que vimos fazendo muito. O Deputado falou muito bem sobre isso e os representantes dos Ministérios aqui também, há um debate diferente neste momento da política pública nacional, que é o debate da participação social.

Mas na hora em que se debatem todas essas transições, temos que perceber que em todos os territórios que estão em modificação há pessoas ali estabelecidas, que em todos os lugares em que há essas transições há trabalhadores e trabalhadoras.



Também não adianta somente fazermos uma transição energética para descarbonização, não adianta somente alcançarmos todas as metas de transição ecológica, que são fundamentais para o futuro do mundo e da humanidade, apoderarmos de todas as tecnologias necessárias e fazermos a transição ecológica, se vamos destruir centenas de comunidades, se vamos destruir centenas de milhares de empregos, se vamos criar somente subempregos, diminuindo a renda do povo brasileiro. Se assim for, perdeu-se o fundamental, que é política pública a serviço do povo, política pública para melhoria da qualidade de vida do povo.

Então, temos que pensar como vamos fazer essa transição com a participação social, inserindo tanto comunidades e territórios quanto trabalhadores nesse debate.

Aqui trago, muito rapidamente, só a importância da indústria.

Temos aqui 23,9% do PIB, considerando as três indústrias: de transformação, de extrativismo e da construção civil. Eu não coloquei no eslaide, mas, quando se pensa só na indústria de transformação, são 11% do PIB; 14% da massa salarial; 16% da renda dos trabalhadores; e 16% dos empregos no Brasil. Então, a indústria de transformação tem média salarial maior e gera mais empregos. E, em termos de balança comercial brasileira, exportamos produtos com maior intensidade tecnológica.

Nós estamos perdendo relevância no mundo industrial, produtivamente falando. Ali percebemos que a China já tem mais de um terço da produção.

Hoje à noite, Deputado Bohn Gass, eu vou estar na Universidade Federal do ABC, na abertura da Semana de Inovação China-Brasil, com alguns debates que estamos fazendo lá na região. Vão estar presentes o Embaixador da China e um monte de gente. Vimos conversando muito, no último período, com empresas chinesas, inclusive com parte do Governo chinês. E eles não cansam de dizer que, quando fizeram todo esse processo de planejamento industrial, eles copiaram o modelo brasileiro, nas décadas de 60, de 70 e de 80, porque, até o início dos



anos 80, a indústria brasileira era mais pujante, era maior do que a indústria chinesa. Então, eles copiaram nosso modelo e são um terço da produção mundial. Nós, hoje, estamos caindo a cada dia, ocupando a 15ª posição no mundo. Representamos 1,2% da produção mundial.

Então, quais são as nossas indústrias e empresas no Brasil? Majoritariamente, de média e baixa intensidade tecnológica. O que significa ter média e baixa intensidade tecnológica? Significa baixa e média intensidade em conhecimento, empregos mais precários, com renda menor. Isso mostra concentração de conhecimento no norte global, concentração tecnológica no norte global, com maior distribuição de renda nos outros países, não no nosso.

Vou passar alguns eslaides por causa do tempo. Quero destacar alguns pontos importantes.

Deputado, quero trazer aqui algumas sugestões que eu não coloquei na apresentação.

Nós temos uma enorme perda da nossa autonomia produtiva. Não decidimos o que produzimos no Brasil, o que consumimos no Brasil, porque, se desenvolvimento, pesquisa e inovação não estão baseados no Brasil, nós consumimos, com esse potencial de mercado, como o Vice-Presidente nos falou, o que os outros pensam e nos apresentam. Então, temos uma perda de autonomia, uma perda de soberania.

Como eu já disse, temos um enorme problema das importações. Assistimos, nos últimos 4 anos, a uma enorme abertura do mercado brasileiro, seja em alguns acordos bilaterais que foram feitos, seja em um mecanismo chamado Ex-Tarifário, por meio do qual permitiu vários setores importarem diversos produtos, matando as nossas cadeias produtivas e matando a pesquisa e o desenvolvimento nacional.

Aqui só vou fazer referência a seis missões que estão organizadas no CNDI, na retomada do Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial, que são de extrema importância:



1. Debate sobre cadeias agroindustriais, que é uma oportunidade de agregarmos valor ao nosso agronegócio;

2. Complexo econômico-industrial da saúde. O complexo econômico-industrial da saúde, com toda a cadeia da saúde, significa 10% do PIB nacional;

Até 1990, antes da abertura comercial feita pelo Collor, produzíamos no Brasil 55% de todos os insumos médicos hospitalares que consumíamos, de medicamentos a camas de hospital. Hoje produzimos menos de 5%. Não é à toa que ficamos tão reféns durante a pandemia.

3. Debate da infraestrutura, que já foi apresentado;

4. Transformação digital da indústria para ampliar a produtividade;

5. Bioeconomia, que já foi reforçada aqui pelos Ministérios; e

6. Tecnologias de interesse para a soberania e a defesa nacionais.

Nós tínhamos alguns projetos estratégicos na área da defesa que tinham enorme transbordamento para outros setores da economia. Apesar de o Governo anterior falar muito em nacionalismo, em defesa da Pátria, ele deixou de lado todas essas tecnologias, ficando refém da tecnologia dos países centrais.

Deputado, durante todo o debate, nas eleições do ano passado, no Governo de transição, nós participamos de debates sobre muitas coisas, elaboramos até o Plano Indústria 10+, em que prevemos algumas discussões sobre indústria, princípios, diretrizes, ações. E temos dialogado muito sobre isso com o Ministro Alckmin.

Para finalizar, eu quero aqui pontuar algumas questões. Primeiro: participação. A participação social é fundamental na discussão da política pública. Como eu disse, o impacto na vida das pessoas, nos territórios, nos empregos e na renda é fundamental para balizarmos se há, de fato, um desenvolvimento econômico, social e sustentável.

Nesses dias, nós estivemos com o Ministro Marinho, o Ministro Márcio Macedo — estava marcado também para o Ministro Alckmin estar nesse dia, mas nós estamos marcando a agenda em paralelo. Em todos os programas onde há



dinheiro público envolvido, nós precisamos ter meta de emprego, meta de geração de emprego, tema do trabalho decente colocado como meta a ser cumprida, porque há envolvimento do dinheiro público.

Então, toda a história e todo o debate do PAC — e nós vimos dialogando sobre o tema e é por isso que conversamos com os Ministros —, nós queremos dialogar para que tenhamos meta de geração de emprego, com trabalho decente.

Propusemos ao Ministro Marinho, depois da visita do Presidente Lula aos Estados Unidos e de ter lançado um pacto global também pelo trabalho decente, criarmos um laboratório de trabalho decente no Brasil, a fim de começarmos a dialogar qual é o tipo de emprego e renda que temos no País. Por quê? Porque, quando começamos a enxergar alguns setores, chega a nos dar arrepio na hora em que começamos a ver a condição de trabalho e renda dos trabalhadores.

Cobramos também — e por isso a conversa nos próximos dias com o Ministro Alckmin, e também nós estamos pedindo uma conversa com o Ministro Haddad — a participação dos trabalhadores na Câmara de Comércio Exterior, porque muitas das medidas do Ex-Tarifário desmontaram cadeias inteiras. Estávamos no debate, inclusive com a ABIMAQ, só para vocês saberem, sobre a indústria de máquinas e equipamentos no Brasil, bens de capital. Aí o Ministério da Fazenda nos apresentou o seguinte: nos últimos 4 anos, foram concedidos mais de 3 mil Ex-Tarifários para máquinas e equipamentos, porque a nossa indústria de máquina e equipamento quase sumiu do Brasil.

Mas começamos a fazer um debate com a Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica — ABINEE, e também fomos para o Ministério da Indústria e para o Ministério da Fazenda. Eles apresentaram os Ex-Tarifários dos últimos 4 anos na indústria de eletroeletrônicos: foram mais de 30 mil! Mataram de vez a indústria brasileira de eletroeletrônicos. Por isso, que não achamos nada. Somos refém, não vamos ter desenvolvimento tecnológico se não tivermos uma indústria de eletroeletrônicos.



Nós temos que consolidar um suporte e uma atenção especial tanto para a economia solidária, como foi bem citado aqui, quanto para as micro e pequenas empresas, porque essas vão desaparecer, se não conseguirmos dar um suporte nessa transição energética para essas empresas. Nessa transição ecológica, essas empresas não conseguem se adaptar, então precisamos dar a elas uma atenção especial.

Deputado, estamos solicitando ao Governo como um todo algumas mesas tripartites nacionais, com alguns setores econômicos, para acompanharmos essas transições.

E aqui, eu finalizo, Deputado, e aqui falo para os Deputados, para a Câmara dos Deputados e para o Senado Federal: precisamos fazer um debate urgente no Brasil sobre redução de jornada de trabalho. A última redução de jornada de trabalho no Brasil, foi lembrado aqui pelo Ministro e Vice-Presidente Alckmin, foi feita na Constituição de 1988. A última redução foi em 1988. O mundo está discutindo trabalhar 4 dias por semana, e aqui no Brasil temos 44 horas como jornada de trabalho e uma precarização de trabalhadores, por causa da reforma trabalhista de 2017, que aumenta essa jornada. São esses absurdos que assistimos no dia a dia.

Obrigado, Deputado pelo convite, obrigado a todos pela atenção. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós que agradecemos, Aroaldo. Obrigado.

É importante neste debate ouvirmos todas as entidades sobre esse tema do desenvolvimento econômico com sustentabilidade.

Nós temos ainda a presença do representante do DIEESE, e depois nós vamos dar a palavra para os Parlamentares.

Passo a palavra agora ao Sr. Nelson Karam, que está virtualmente participando conosco desta reunião. Eu te agradeço pelo acompanhamento da sessão.



O Nelson Karam é economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos — DIEESE

Sr. Nelson, V.Sa. está com a palavra.

**O SR. NELSON KARAM** - Boa tarde, Deputado Bohn Gass. Ao cumprimentá-lo, cumprimento todos os participantes desta audiência.

Começo parabenizando-o pela iniciativa. O senhor coordenou as consultas públicas do PPA como Relator. O movimento sindical teve a oportunidade de participar, e vários sindicatos apresentaram propostas, que foram incorporadas no plano.

Como o senhor bem disse, Deputado Bohn Gass, acho que este é um momento de retomada histórica do planejamento no Brasil, com a participação, a coordenação e a regulação do Estado, sem o qual nós não fazemos nem desenvolvimento, que dirá desenvolvimento sustentável. Então, acho que é um momento para nós saudarmos este novo contexto do País.

O que eu vou fazer aqui é bem breve, é uma contextualização da leitura que nós fizemos do Eixo 2. Ao final, pela análise que nós fizemos, vou sugerir a inclusão de algumas métricas em sintonia com as preocupações que já foram levantadas aqui, sobretudo pelo Aroaldo.

Todos sabemos — isso já foi reafirmado — que o País atravessa o desafio de implementar ações para o enfrentamento das mudanças climáticas, ao mesmo tempo que tem urgência de enfrentar a desigualdade social, da perspectiva que nós dissemos, sobretudo a desigualdade no mercado de trabalho, expressa nos indicadores nacionais, e também a concentração de renda, a exclusão social, o elevado nível de desemprego, a precarização do trabalho e a informalidade, como é de conhecimento de todos.

Obviamente, os trabalhadores estão preocupados com os impactos dos desafios ambientais, sobretudo do aquecimento global. A própria OIT estima que, se nada for feito até 2030 no Brasil, 850 mil postos de trabalho estarão em risco. E, além dos riscos do aquecimento global, já há todo um processo de





transformação produtiva e de transição em curso na economia brasileira, o que requer um acompanhamento de todos os agentes.

O Aroaldo, que é Diretor do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC, já colocou a questão das transformações dos carros elétricos. Só para trazer um exemplo, um carro elétrico requer dois terços das peças de um carro a combustão, ou seja, a simples transição do carro a combustão para o carro elétrico implicaria uma perda enorme de empregos na cadeia de autopeças no Brasil.

Nós também estamos acompanhando toda a transformação que vem acontecendo no setor de energia, sobretudo com o crescimento das energias renováveis eólica e solar, também com pouca geração de emprego. Eu vou detalhar isso mais à frente.

De um modo geral, o ponto central do Eixo 2 está bem sintonizado com esses desafios do desenvolvimento sustentável e busca equilíbrio entre o econômico, o social e o ambiental. Entretanto, todos nós sabemos que esse conceito de desenvolvimento sustentável, assim como outros conceitos, como por exemplo, o da transição justa, a que o Aroaldo já se referiu, são conceitos que estão em disputa na sociedade. Há visões diferentes, o que requer determinados apontamentos e métricas para que cheguemos a um alinhamento comum.

Algumas indicações que foram feitas no Eixo 2 trazem também algumas preocupações ou talvez mais necessidade de aprofundamento e debate.

Entre as preocupações, a primeira é trazer para o conjunto de métricas do plano uma maior centralidade na preocupação com relação aos trabalhos. Acho que a perspectiva e a preocupação em relação à geração de emprego e renda perpassam toda a proposta, mas, quando nós analisamos os detalhes, parece que esses aspectos perdem um pouco de centralidade.

A segunda questão é lembrar que, embora no PPA os diferentes Ministérios tenham colocado a preocupação em relação à descarbonização, que é uma meta absolutamente necessária para o enfrentamento das mudanças climáticas, ela não é a única para o enfrentamento dessas mudanças. Aqui eu cito, como já foi dito



pelo representante do MMA, a perda de biodiversidade. Não adianta nós termos uma economia mais limpa, menos carbonizada, mas com um predomínio de monoculturas, cuja grande expressão hoje no Brasil é a soja. Também há uma questão estrutural que tem que ser enfrentada: a perda de conhecimento dos povos originários, que tão bem nos trazem informações e conhecimentos sobre como enfrentar essa relação entre o homem e a natureza.

A terceira questão que de certa maneira nos preocupa e que precisa ser, talvez, mais bem calibrada, é a ideia do próprio crescimento econômico. Nós sabemos que ele é importante para a geração de renda e a redução das desigualdades, mas, ao mesmo tempo, ele pode ser um fator de tensão também nas questões ambientais. Então, seria importante haver um olhar, vamos dizer, mais orientado e seletivo para onde de fato o País pode e deve crescer, não sobrecarregando os seus recursos naturais. É preciso responder as questões sobre quais setores devem crescer, em que perspectiva, e quais setores devem ter crescimento moderado. Na verdade, são perguntas não muito fáceis de serem respondidas, mas os planos são feitos para enfrentarem essas situações.

A quarta questão é que não se pode tratar também de pensar em desenvolvimento sustentável sem se ter em referência mudanças no padrão de consumo. E aí, de fato, pelo que eu pude ler do documento, há uma lacuna na indicação de algumas métricas que repensem a mudança nos padrões de consumo, tão necessária também para o enfrentamento das questões ambientais.

A quinta questão, que já foi dita aqui — o Aroaldo já lembrou dela também, mas eu quero destacá-la —, é que nós estamos enfrentando várias perspectivas de fechamento de acordos comerciais internacionais, como o do MERCOSUL, e a própria Alemanha instituiu, no início deste ano, uma nova lei com as devidas diligências, e isso pode impactar também as nossas perspectivas de desenvolvimento. Então, ter atenção nos impactos desses acordos comerciais internacionais sobre o desenvolvimento brasileiro é fundamental.



Aqui eu vou fazer um destaque sobre a transição energética, sobretudo eólica e solar, o que nós estamos acompanhando junto com os sindicatos e tem nos trazido uma preocupação grande. E acho que isso pode servir de exemplo, de embasamento para se repensar o planejamento para os próximos 4 anos.

Essa transição energética, que é muito bem-vinda, com todos os investimentos, todos os esforços que estão sendo feitos para se expandir a oferta de energia eólica e solar, vem correndo numa direção que nós não poderíamos chamar de transição justa. Nós temos observado, por exemplo, nessa transição para as renováveis, o pagamento de salários menores. Hoje, a remuneração média de um trabalhador do setor de energia solar é de 2 salários mínimos, enquanto, por exemplo, um trabalhador mineiro do setor de carvão ganha o dobro disso. São empregos sem acompanhamento sindical, são investimentos que estão, na verdade, indo, em alguns aspectos, na contramão da redução das desigualdades, como é o caso de várias propriedades rurais que estão perdendo a função social da terra e, com isso, os trabalhadores ficam impossibilitados de ter acesso às aposentadorias especiais do campo, por conta dos contratos que estão sendo feito com as empresas de energia eólica e solar.

Há também um processo crescente de estrangeirização do território. Ou seja, temos que pensar na questão da soberania nacional nesses investimentos. Além disso, há perda de fertilidade do solo; há perda de fauna e de flora; há baixa geração de empregos, e os empregos gerados são sem requisitos de qualificação e empregos basicamente para homens, o que acaba dando continuidade à exclusão das mulheres do mercado de trabalho, e empregos com agravantes de saúde, com ruído, calor, etc.

O que mais nos preocupa nesses investimentos é que inclusive o setor produtivo tem identificado essas energias como as novas *commodities* brasileiras. E nós sabemos que *commodity* não agrega valor, não agrega conhecimento, não agrega tecnologia e não gera emprego em quantidade no País. Então acho que



temos que repensar esses caminhos da transição, sobretudo nesses setores que estarão sendo incentivados pelo PPA nos próximos anos.

Outro aspecto que destacamos e que também já foi falado é que as comunidades não estão sendo mobilizadas para o enfrentamento dessas discussões. O próprio Deputado Bohn Gass tem sido um parceiro nas nossas discussões sobre a transição energética do carvão no Município de Candiota, no Rio Grande do Sul, onde temos enfrentado também dificuldades de ter maior participação e adesão da comunidade para a transformação da economia local. Aqui, vou remeter ao final, a necessidade também de se pensar em métricas de diálogo social e adensar a representação das comunidades nessas discussões.

Outro elemento que também já foi destacado é a necessidade de fontes de financiamento claras e disponíveis para enfrentar essa transição ecológica, ambiental, energética, justa, seja qual for o nome que queiramos dar. E reforço aqui a fala final do Aroaldo: que elas sejam vinculativas à geração de trabalho e renda decentes, porque hoje há muitos financiamentos e investimentos que anunciam a perspectiva de geração de emprego e renda e, ao final e ao cabo, acabam frustrando as perspectivas de desenvolvimento do mercado de trabalho.

Também destaco aqui, da leitura do Eixo 2, que o orçamento público segue direcionando subsídios e incentivos fiscais para setores grandes emissores de gás de efeito estufa. Então, teria que haver uma priorização desses investimentos para setores com pouco impacto ambiental e muito impacto social. E acho que o saneamento, a agricultura orgânica, a indústria da reciclagem são exemplos vivos dessa perspectiva.

É preciso assegurar, nas metas do PPA, que os ganhos de produtividade do trabalho sejam compartilhados com a sociedade, ou seja, não basta ter ganhos de produtividade sem que esses ganhos se traduzam em benefícios para os consumidores, através de preços mais baixos; para os trabalhadores, através de aumento da renda; e, para o próprio Estado, através do aumento da arrecadação.



A nossa experiência histórica com o aumento de ganhos de produtividade é bem conhecida: o bolo cresce e dificilmente é distribuído.

Algumas indicações de sinal contrário aparecem nos Objetivos Gerais do Eixo 2, como, por exemplo, o incentivo à mineração *versus* impacto ambiental. Nós sabemos que a atividade mineradora, por mais que ela se tenha modificado nos últimos anos e se transformado tecnologicamente, vem causando impactos ambientais. Outro ponto é o incentivo à mineração *versus* impactos econômicos. Normalmente, a atividade de mineração é uma atividade que agrega pouco valor. E destaque também o apoio à digitalização, a inovações disruptivas. É óbvio que o Brasil precisa acompanhar esse processo todo, mas deve ter em mente, também, que essas iniciativas trazem impactos diretos na geração de empregos, como aqui já foi dito.

Quanto à menção que se faz hoje de que a reforma tributária vem para simplificar e apoiar o processo de desenvolvimento, eu acho que é uma visão um pouco limitada. O sistema tributário está aí também para reduzir as desigualdades sociais, através da redução da regressividade, e também pode ser um instrumento para penalizar setores que não atuem na descarbonização das suas plantas.

Por fim, Deputado, no Eixo 2, há um único indicador de emprego e renda importante, que, por sinal, é a ampliação da geração de oportunidades dignas de trabalho, com inserção produtiva dos mais pobres, o que é muito bem-vindo. Mas nós imaginamos que faltaram algumas indicações — talvez estejam presentes em outros eixos — de indicadores finalísticos e de indicadores de processos.

Tão importante quanto nós olharmos para o resultado final talvez seja o PPA também incorporar na sua avaliação indicadores de processo. Eu vou lembrar aqui alguns deles, para encerrar a minha fala.

É preciso que haja mais indicadores sobre desconcentração da renda.

É preciso que haja também indicadores de aumento do investimento na qualificação profissional, o que é fundamental num processo de transição ecológica, porque precisamos saber como requalificar os trabalhadores. Então



acho que aqui caberia um indicador de métrica de investimentos em qualificação profissional nos próximos anos.

É preciso que haja indicadores relacionados à qualidade do emprego, porque não basta só gerar o emprego. Às vezes, são empregos por tempo determinado, empregos sem carteira assinada. Então, deve haver métricas que indiquem nível de formalização, menor rotatividade, maior participação das mulheres e de populações vulneráveis no mercado de trabalho, redução nas jornadas extras de trabalho, como também o Aroaldo lembrou. Talvez a redução da jornada de trabalho seja um dos grandes vetores, inclusive, para enfrentarmos as questões ambientais.

É preciso que haja também indicadores relacionados a saúde e segurança no trabalho. Aqui são os indicadores de processo a que eu estava me referindo, indicadores de maior participação social, de diálogo social. E aí poderíamos pensar alguma coisa em termos de negociações coletivas, com a representação nos conselhos de trabalho e outros conselhos da administração pública.

É preciso que haja ainda indicadores de financiamento mais claros para efetivação de uma transição justa; indicadores de distribuição do valor adicionado, porque não basta gerar valor adicionado, é preciso ver como ele vai ser distribuído para o trabalho, para as empresas e para os impostos; e indicadores de transparência, com balanços públicos e divulgação de acionistas.

Essas são algumas das contribuições que gostaríamos de deixar aqui para o debate.

Desculpem-me se eu me estendi.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós é que lhe agradecemos, Nelson, a participação, representando o DIEESE.

Nós concluímos a parte das explanações dos Ministérios e das entidades da sociedade civil.



Eu quero registrar que, além do Deputado Welter, estão presentes também o Deputado Pedro Uczai, o Deputado Zarattini e a Deputada Erika Kokay. Muito obrigado a V.Exas. pela presença aqui.

Eu vou franquear a palavra agora aos colegas Deputados.

Tem a palavra o Deputado Welter, que é o primeiro inscrito.

**O SR. WELTER** (Bloco/PT - PR) - Bom dia a todos e a todas.

Faço um especial cumprimento ao Deputado Bohn Gass, que preside a Mesa, e a todos os que fizeram falas importantíssimas para o planejamento e a execução das atividades nos mais diversos setores da República que vão garantir o gasto público, esperamos, com eficiência.

Para a minha fala, eu me inspiro na agenda prioritária, que é fácil anunciar, mas é difícil fazer chegar à ponta. E esse é o desafio. Como nós vamos combater a fome e reduzir as desigualdades? Como vamos garantir que seja assistido um agricultor familiar que muitas vezes está no Bolsa Família, mas não tem assistência para melhorar a sua condição de vida e diminuir a desigualdade com o vizinho, que talvez tenha 40 alqueires, 50 alqueires e já está organizado? Esse é um grande desafio. Como unimos os Ministérios para fazer a busca ativa desse público que precisa ser assistido para cumprirmos o item 1 dessa pauta, dessa agenda prioritária? Os demais itens vêm como consequência. E é objetivo do Governo combater a fome e diminuir as desigualdades. Essa é a prioridade. Então, como faremos isso? Essa é uma pergunta que tem que estar na cabeça de todos os Ministros e Ministras e do pessoal do serviço público que tem responsabilidade nisso, para vermos se conseguimos fazer aquilo que queremos, aquilo que estamos anunciando. Isso é muito desafiador.

Eu fiz um estudo, num mestrado recente, sobre como se produz desenvolvimento local. É fácil fazer chegar o auxílio a quem está organizado numa associação. A quem tem associação, a quem tem sindicato, a quem tem cooperativa o auxílio chega muitas vezes. Mas a quem não tem não chega. Ou criamos um instrumento de provocação daquilo que o IBGE aponta, se os dados



forem fidedignos, e provocamos os Prefeitos daquele público que está precisando ser assistido, ou as ações não vão chegar lá.

Então, isso é desafiador, Deputado Bohn Gass. O que eu estou dizendo aqui não é nem minha opinião ou minha visão, é ciência para diminuir os problemas sociais do País e para atingirmos esse primeiro item da agenda prioritária: combater a fome e reduzir as desigualdades. Vamos pensar nisso.

Se eu puder deixar uma mensagem, é essa a que eu quero deixar. Eu acho que se esse é o foco, nós temos que pensar junto com o gestor local, com os que praticam a política de assistência lá na ponta, com os que praticam a extensão rural lá na ponta, para que a assistência chegue a quem precisa.

No topo está o Presidente da República, estão os Ministros, estão os diretores, estão os seus secretários executivos, mas lá na ponta está quem precisa ser assistido. E nós estamos falando em auxílio, mas o auxílio não está chegando a eles. Então, como é que nós vamos fazer isso chegar lá?

Eu sei que há muitas coisas boas que já estão chegando, mas nós precisamos andar mais rápido para tentarmos ser referência mundial de novo na diminuição da desigualdade ou no combate à fome. É desafiador.

Deputado Bohn Gass, eu finalizo dizendo que, na minha visão, como o nosso País é muito rural e tem muita produção de alimentos, é preciso que haja assistência técnica. Ela chega para quem está organizado, mas não chega como deveria chegar para quem produz, às vezes, um alimento de forma isolada e está cercado por lavouras de soja, de milho e tudo o mais. Para o cara que produz feijão e arroz no dia a dia, ou produz olerícolas, algo que é fundamental para um pequeno produtor ter renda, a assistência técnica não existe. Na minha visão, deveria haver uma espécie de SUS da roça para dar assistência técnica e extensão rural. Essa é uma sugestão também.

Muito obrigado e bom dia a todos.





**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós é que lhe agradecemos, Deputado Welter, do PT do Paraná, a presença aqui e a contribuição.

Passo a palavra ao Deputado Marcelo Queiroz, a quem agradeço também pela presença desde cedo aqui na nossa atividade.

**O SR. MARCELO QUEIROZ** (Bloco/PP - RJ) - Querido Presidente Bohn Gass, primeiro, quero saudá-lo e parabenizá-lo pelo trabalho.

Quero explicar que eu não estou aqui desde o início da audiência porque eu sou Presidente da Comissão de Cultura, e estávamos discutindo lá o patrimônio histórico, numa audiência que contou com o Presidente do IPHAN. Por isso eu só cheguei aqui agora. E vim para esta reunião porque eu fui eleito pela causa animal — somos sete Deputados nesta Casa —, a reunião trata do PPA e houve explanação aqui do Ministério do Meio Ambiente. Eu soube que V.Exa. já tem um projeto nessa área, do qual V.Exa. falou aqui nesta audiência, e eu até gostaria de participar dele também.

Hoje, o Rio de Janeiro tem o maior programa de castração gratuita do mundo para o controle populacional de animais. E foi com muita esperança que nós vimos o Presidente Lula subir a rampa do Palácio com a sua cachorrinha Resistência, como forma, obviamente, de agregar a causa animal às causas sociais mais importantes.

Num segundo momento, num evento lá em Salvador — eu, como Presidente da Comissão de Cultura, estive nesse evento porque haveria um evento de cultura logo em seguida, com a Ministra Margareth —, foi lançado o PPA participativo, para que a sociedade votasse nas propostas que são prioridades para a população, num gesto democrático deste Governo.

Eu participei, Deputado, ativamente da campanha pela política pública do controle populacional de cães e gatos, que foi a 9ª colocada no PPA participativo. As oito primeiras colocadas são causas muito ligadas a categorias, como aumento de salário, coisas muito específicas que obviamente não são políticas públicas.



Então, a política pública do controle populacional de cães e gatos, se considerarmos que as outras são causas muito específicas, foi a mais votada.

A minha preocupação com o PPA, considerando tudo o que o Governo vem defendendo, é que, obviamente, para fazermos um programa de castração... O Rio de Janeiro tem o maior programa de castração do mundo. Foram feitas 200 mil castrações no ano passado, e serão feitas 200 mil castrações neste ano.

Eu acho que o Governo, quando sobe a rampa do Palácio e tem uma prioridade, deve demonstrar algo simbólico, que se traduza em efetividade. Eu também sou testemunha dos inúmeros debates feitos pela Diretora Vanessa no Ministério do Meio Ambiente e gostaria de parabenizá-la, mas devemos considerar o seguinte: não existe política pública sem orçamento.

Há uma preocupação: a política pública mais votada no PPA Participativo, excluindo-se obviamente essas de categoria, foi a política nacional de castração de cães e gatos, que tem um orçamento enviado pelo Governo Federal, para o ano que vem, de 1,8 milhão de reais. Resumindo, nós estamos desrespeitando a votação popular do PPA Participativo. É uma coisa que me preocupa bastante.

Eu acho que devemos corrigir, Deputado Bohn Gass, o que foi enviado pelo Executivo para este Legislativo, para respeitar e não desmoralizar um processo que foi aberto para a sociedade, que é o PPA Participativo. Se a ideia é haver participação democrática, que as pessoas votem em outras propostas! Se ganhou, isso tem que ser respeitado no PPA, como está sendo; mas principalmente no plano orçamentário, no qual não está sendo. Vamos ter que corrigir aqui um erro do Executivo.

Acho que todo o mundo deve ficar ligado, todo o mundo deve tentar lutar por nós — e lutar por nós não é lutar pelos animais; é, mesmo não gostando, lutar pelo PPA Participativo.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Muito bem, Deputado Marcelo. Obrigado.



Eu também sou apoiador da pauta da castração, do controle. Temos inclusive várias emendas colocadas nesse sentido. Eu quero encaminhar esse debate na LDO e no PLOA. Os Relatores estavam aqui hoje de manhã.

Aqui se trata especificamente do orçamento para o ano que vem. Aqui nós estamos mais na linha das diretrizes que estão incorporadas. Mas eu serei seu parceiro na CMO, para trabalharmos esse ponto, Deputado Marcelo.

Tem a palavra o Deputado Pedro Uczai, de Santa Catarina.

**O SR. PEDRO UCZAI** (Bloco/PT - SC) - Obrigado, Deputado Bohn Gass, Relator do nosso PPA. Parabéns pelos debates que V.Exa. tem promovido!

Quando eu não estava aqui, estava no gabinete ouvindo as falas em alguns momentos.

Eu quero me somar a essa ideia do Deputado Marcelo Queiroz: para garantir uma política pública, é preciso garantir o orçamento do próximo ano. Eu me somo a essa causa. Portanto, estou muito contemplado pela fala do Deputado, o que demonstra a importância da escuta.

Há um clamor da própria sociedade para que se construa uma política ambiental, uma política em defesa da causa animal, além de outras transições ecológicas.

Eu quero falar de dois pontos aqui, Deputado Bohn Gass.

Eu acredito que, quando se trata de desigualdade educacional, social, cultural, etc., o PPA tem uma grande responsabilidade no enfrentamento dos problemas mais estruturais da sociedade. Por isso, é importante planejar estes 4 anos. Nós vamos definir o que o Brasil será na próxima década, em grande parte, no PPA de agora. Então, o PPA é estruturante. É o PPA que enfrenta os problemas mais estruturais, que se transformam depois em recursos orçamentários, mas não só isso.

Eu queria destacar a importância do PPA Participativo, da escuta da sociedade como uma decisão de Governo para democratizar um tema mais árido,



mais difícil, mais complexo. O orçamento é mais fácil de se compreender. O PPA tem uma perspectiva mais estruturante.

Eu acredito que já demos um passo. Nesse passo entre democracia e prioridade nacional, eu queria destacar a educação. Eu vou ser bem breve aqui.

O PPA ouviu a sociedade brasileira. Entre outros temas, discutiu-se a expansão de institutos federais e de universidades federais em várias regiões do País. A segunda proposta mais votada, com 8 mil votos, foi a criação da Universidade Federal do Vale Itajaí, em Santa Catarina. Foi a segunda proposta mais votada. No entanto, por iniciativa do Governo, o PPA não contempla a expansão de universidades.

Então, há uma contradição entre ouvir a sociedade e, efetivamente, contemplá-la no PPA. Não está contemplada! Está prevista somente a consolidação das universidades, diferente do que ocorre com os institutos, que, nos objetivos, têm previsão de consolidação e expansão.

Eu queria defender aqui publicamente — já fiz isso para o Relator, do ponto de vista pessoal — que fosse incorporado e contemplado, por iniciativa da democracia direta e deste Parlamento, um objetivo, que é expandir.

Eu quero fazer uma observação, em 30 segundos, sobre o aspecto político. O Governo anterior, a partir de mudanças de posições político-ideológicas, acabou com o Mais Médicos, que está sendo retomado; acabou com o Minha Casa, Minha Vida; acabou com programas sociais; acabou com programas agrícolas, como o PAA, etc., mas não conseguiu acabar com as universidades que foram criadas, não conseguiu acabar com os institutos federais que foram criados. Eles tiraram orçamento, mas não conseguiram demitir professores, não conseguiram demitir técnicos.

Portanto, se nós quisermos que o PPA promova uma mudança estrutural e estruturante no País, a expansão de instituições públicas, de instituições federais e de instituições de educação básica é estratégica e fundamental.



Lamento que o Governo tenha encaminhado o PPA sem a expansão de universidades como uma questão mais conjuntural. Não há orçamento para o ano que vem? E daí? O problema do orçamento não é do Governo, é da sociedade. Priorizar um setor, tirar daqui e colocar ali é decisão da sociedade. A sociedade brasileira decidiu que implantar e expandir instituições federais é prioridade. Ela deve ser escutada.

Se nós queremos nos subordinar à democracia, devemos realmente nos subordinar a ela. Senão, não deveríamos ter tomado a iniciativa de ouvir a sociedade. Expandir as universidades públicas está lá entre as prioridades da sociedade — não só uma universidade específica, mas muitas outras.

Esta minha fala está em sintonia com o seu debate, Deputado Bohn Gass.

O segundo ponto diz respeito ao Plano de Transformação Ecológica.

No Brasil, a indução da industrialização e da criação de empregos e oportunidades não vai se dar somente com a valorização de benefícios para um setor, como a exportação de *commodities*, de minério, de cana-de-açúcar, de soja para os porcos da China.

Efetivamente, o PPA tem que contemplar uma estratégia de indução do desenvolvimento nacional na perspectiva do que o Alckmin chama de "neointustrialização", uma nova indústria, com qualidade profissional, na qual a economia se beneficia cuidando do meio ambiente. Não se trata só de uma discussão ambientalista. Trata-se de uma economia centrada numa nova estratégia de tecnologia, de ciência, de inovação, que beneficie o meio ambiente. Acho que devemos inverter esse debate. Devemos considerar que, para a economia, é central fazer essas mudanças de transição ecológica. Não é porque eu defendo o meio ambiente que eu quero um motor que não polui. O carro elétrico, a energia solar, a energia eólica são centrais para o Brasil se transformar numa potência econômica e industrial, com empregos qualificados, com engenharias qualificadas, com profissões qualificadas, que eu chamaria de classe média.



Eu acho que esse é o eixo central que esse PPA pode dar ao Brasil como uma grande contribuição.

Eu me estendi um pouco, Deputado Bohn Gass. Eu me empolguei porque quis reconhecer e legitimar esse extraordinário trabalho que V.Exa. tem feito na coordenação da relatoria do Plano Plurianual.

**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Muito obrigado, Deputado Pedro Uczai.

Informo a todos que a nossa Consultoria está acompanhando esta audiência para captar todos os pontos que aparecem aqui, para depois debatermos.

Especificamente sobre esse tema que V.Exa. comentou comigo, Deputado Pedro Uczai, a respeito da expansão do ensino superior, das nossas universidades, eu já falei com a Dra. Denise, da Secretaria de Educação Superior — SESU. Nós ficamos de marcar uma reunião. Eu quero que V.Exa. articule o grupo de Parlamentares que vai nos acompanhar nessa conversa. Eu sei que a Deputada Ana Pimentel estava junto naquele momento em que V.Exa. falou. Vamos fazer esse debate com o próprio Ministério da Educação. Há uma interação entre os Ministérios. Nós vamos falar sobre isso.

Aqui nós estamos fazendo audiências públicas mais gerais, mas há pautas específicas que nós vamos acompanhar. Vocês podem contar conosco para esses debates e encaminhamentos.

Tem a palavra a Deputada Erika Kokay.

**A SRA. ERIKA KOKAY** (Bloco/PT - DF) - Deputado Bohn Gass, eu queria parabenizá-lo pela realização deste evento.

O PPA significa capacidade de planejamento para sair do açodamento do próximo ano, enfim, e trabalhar com políticas, como disse o Deputado Pedro, mais estruturantes para o País que nós queremos. Eu acho que nós expressamos o país que queremos a partir dessa construção do PPA.

Eu lembro que encontrei o Wellington Dias, que recentemente tinha sido eleito Governador do Estado do Piauí. Ele falava de um Piauí para 10 anos, de um



Piauí para 20 anos. Ele estabelecia prioridades. Eu me lembro de algumas delas: a cadeia do mel, a cadeia do bode, a valorização do patrimônio material e imaterial do Piauí. Ele dizia que, no Piauí, todos os Municípios teriam uma escola de ensino médio e as pessoas não teriam que sair do seu local, da sua moradia, do seu território para ter acesso ao ensino médio. Acho que hoje, no Piauí, há faculdades em todos os Municípios, não apenas escolas de ensino médio.

Ele falava alguma coisa mais ou menos assim: *"Muitas pessoas podem sair do Piauí porque querem sair do Piauí, porque querem vivenciar outras experiências, mas nós vamos construir um Estado do qual ninguém terá que sair expulso pela fome, expulso pela própria miséria, expulso pela falta de oportunidades"*. Eu penso que o PPA representa isso.

Nós tivemos uma experiência que precisa ser aprofundada em vários aspectos: o PPA Participativo, que mobilizou as pessoas. De repente, isso deu uma consciência também de pertencimento, de que o PPA deveria representar os anseios da própria população, que se expressaram nas urnas, mas têm que se traduzir concretamente na forma como se planejam as finanças de um país, na forma como se faz o planejamento, por 4 anos, das próprias estruturas de um país. As políticas públicas, se não estão no PPA, se não estão no orçamento, não têm condições de se fortalecer.

Aqui nós temos um projeto de desenvolvimento nacional, com a retomada da industrialização, que foi perdendo impacto, inclusive no PIB, durante as últimas décadas. A reindustrialização indica um projeto de desenvolvimento nacional que rompe a lógica da acumulação capitalista na mão do rentismo. O rentismo, que não produz, ou seja, o capital acumulado no rentismo não tem qualquer tipo de relação com o território; não tem relação com o mundo do trabalho, porque não produz; não tem relação com o mercado interno, ou seja, é desterritorializado.

Quando você resgata um projeto de desenvolvimento nacional, que é o que está em curso, você passa a ter a necessidade de instrumentos estratégicos para o desenvolvimento; você passa a ter relação com o mercado interno, relação com



o próprio mundo do trabalho. Então, é outra lógica a que está posta, que tem que se expressar no PPA e que tem que se expressar em todas as peças orçamentárias.

Nesse processo da necessidade de uma reindustrialização com qualidade, nós vamos trabalhar com instrumentos estratégicos — um deles, o fundamental, é a própria educação. Então, nós temos o objetivo de valorizar a educação, ou seja, de aumentar a educação integral e, ao mesmo tempo, estabelecer a construção de incentivos para que as pessoas fiquem no ensino médio. Enfim, é toda uma política que está posta.

Nós vamos falar de ciência e tecnologia. Nós vamos falar também de desenvolvimento na educação. Nós vamos falar de cultura, porque há uma economia criativa. Tem que haver um processo em que você possa retomar as cadeias produtivas que foram quebradas, fraturadas, eu diria, em função da acumulação do rentismo ou da supremacia do rentismo sobre o capitalismo produtivo.

Fundamentalmente, em todas essas condições que devem ser incluídas no PPA, o meio ambiente se faz presente. Então, eu queria dizer da minha alegria de termos aqui tantos representantes da defesa dos direitos dos animais na política de meio ambiente. Nós vamos ver, pelo PPA Participativo, que houve uma grande adesão. A cada dia se entende mais que nós fazemos parte de uma trama de vida e que defender os direitos dos animais é defender essa trama de vida. Uma política que precisa estar em todas as outras políticas é a política de valorização do meio ambiente.

Nós estamos falando de transição energética, mas também estamos dizendo que é preciso haver medidas para conter as mudanças climáticas. É preciso fazer algo que é absolutamente nítido, mas muitas vezes é negado: a relação do meio ambiente com todas as outras políticas públicas.





Por isso, manifesto todo o nosso apoio à inclusão, no PPA, de uma política nacional de castração. Além disso, nós não podemos mais permitir o transporte de animais vivos para outros países. *(Palmas.)*

Nós temos que sair do nível de barbárie que foi posto neste País nos últimos 4 anos. Eu diria que, dentre tantas coisas, o Estado precisa se libertar para cumprir a sua função, que é enfrentar os problemas nacionais.

Eu falo isso porque nós tivemos o Ministério do Meio Ambiente tomado por uma política antiambientalista. Não é que não se priorizou a política ambientalista, é que se fez uma política antiambientalista. Essa captura do Estado precisa ser rompida. Isso é necessário para que tenhamos o combate à fome, o respeito aos animais, o respeito a uma agropecuária que não penalize, o respeito às políticas de defesa dos direitos dos animais como parte dos direitos de todas as pessoas e como parte da reafirmação de que nós não somos donos da vida, mas fazemos parte de uma trama de vida.

Parabéns, Vanessa, que aqui está! Parabéns a todos os militantes que têm feito uma luta contra o abate de jumentos e contra tantas outras formas de crueldade, que, ao serem permitidas e naturalizadas, vão sendo internalizadas como forma de se expressar na vida!

A política em defesa dos animais é a política em defesa da vida, é a política em defesa do amor. Façamos, portanto, um PPA do esperar, da amorosidade e da boniteza da vida falada por Paulo Freire. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Deputada Erika Kokay.

Vamos agora para a última fase. Vamos retornar a palavra à Mesa.

Vamos seguir uma ordem inversa, porque o Aroaldo está com voo marcado e vai participar de uma atividade importante hoje à noite, um debate em São Paulo, conforme ele já anunciou.



Antes, eu queria colocar uma frase e anunciar o nosso próximo evento: o que nós queremos do Brasil? É disso que se fala. O PPA é isso. Essa é a pergunta que nós temos que responder. O que nós queremos do nosso País?

Eu estava comentando com a Leany, aqui ao lado, sobre as pautas mais emergenciais no mundo hoje. Cito a paz e lembro que o Brasil está lá lutando contra a guerra. Cito o combate à fome e à desigualdade e lembro que Lula é Presidente do G-20 e vai querer fazer uma aliança mundial pelo combate à desigualdade, para que todo o mundo possa ter alimentação. Cito a emergência climática, que, como nunca, é centro da pauta mundial. Precisamos estar na dianteira, inclusive na área de produção, de geração de renda, dentre outros conceitos que acompanham esse tema. Cito o reconhecimento da diversidade, uma pauta transversal que está posta aqui. Nós queremos um mundo respeitoso, sem ódio, sem violência. Nós precisamos estar na dianteira disso. Cito a economia que cresce com distribuição de renda, de forma sustentável. Esse foi o tema principal do aprofundamento de hoje. Por fim, cito o trabalho digno, tema que também está posto.

Eu poderia elencar outras pautas, mas estou priorizando essas para dizer que são pautas do mundo. O Brasil precisa estar à frente, na dianteira. É isso o que quero do meu País. Este é o debate.

Por isso, nós estamos aprofundando os três eixos aqui. Já debatemos o social e o econômico. O debate sobre o próximo eixo será no dia 31, terça-feira da semana que vem, quando falaremos sobre democracia. Só se constituirá isto na democracia — não com fascismo, não com ditadura. Somente com democracia se faz isso, respeitando diferenças e convivendo com elas, não as eliminando, como quer o fascismo. Debateremos sobre democracia, reconstrução do Estado brasileiro e soberania, que é o terceiro eixo, Leany, que vamos aprofundar na próxima audiência pública que nós faremos.

Retorno a palavra à Mesa, começando pelo lado inverso, de cá para lá.



Tem a palavra o Aroaldo, para fazer suas considerações, muito sinteticamente, no fim dos nossos trabalhos.

**O SR. AROALDO OLIVEIRA DA SILVA** - Agradeço o convite.

Acho que o Deputado Bohn Gass conseguiu sintetizar bem: só desenvolveremos o País econômica, tecnológica, sustentável e socialmente se trabalharmos todos esses elementos e se tivermos como meta de toda política pública o povo brasileiro, a melhoria da qualidade de vida do povo brasileiro, a diminuição das desigualdades, com geração de trabalho decente, com renda decente.

Obrigado a todos. Desculpem-me por ter que sair correndo, mas tenho voo marcado e vou participar de outras atividades em São Paulo.

Fico à disposição para outros debates. Obrigado.

Um abraço a todos!

**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Nós lhe agradecemos pela presença.

Passo a palavra à Dra. Marina, para que faça suas considerações finais.

**A SRA. MARINA SOARES ALMEIDA** - Eu gostaria apenas de comentar que fiquei bastante contente ao ver que todos os Deputados privilegiaram e deram bastante atenção ao PPA Participativo, uma inovação que o Governo trouxe. Vemos que todos estão bastante engajados em fazer com que o PPA Participativo, de fato, seja efetivo.

No que diz respeito à política do MDR, há uma forte atuação nossa no combate à desigualdade social, na medida em que buscamos minimizar as desigualdades territoriais. Por exemplo, na Região Nordeste, há ausência de democratização da própria água. Então, as nossas políticas públicas visam à redução dessas desigualdades sociais.

Por fim, eu gostaria apenas de agradecer. Estamos à disposição para continuar o debate.



**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Muito obrigado, Dra. Marina.

Passo a palavra ao Henrique, do nosso Ministério do Meio Ambiente.

**O SR. HENRIQUE DE VILHENA PORTELLA DOLABELLA** - Eu quero agradecer a participação numa reunião tão qualificada.

Quero agradecer, especialmente, as palavras inspiradoras do Deputado Bohn Gass e da Deputada Erika Kokay.

Quero agradecer as provocações dos Deputados Marcelo e Pedro Uczai.

Especificamente, em relação ao questionamento feito pelo Deputado Welter, a cobrança de S.Exa. é muito pertinente, porque precisamos efetivamente fortalecer as nossas redes de políticas públicas. Já temos bons instrumentos, como o Cadastro Único do Governo Federal. O Governo Federal, como um todo, está desenvolvendo outros instrumentos em um contexto de infraestrutura pública digital, para não só mapear as populações mais carentes de políticas públicas, mas também para ajudar a formar diagnósticos e calibrar as políticas públicas para melhor atendê-las.

Nesse aspecto, a retomada do Cadastro Ambiental Rural pelo Governo Federal, especificamente localizado no Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, vai nos permitir esse reforço para contemplar esses atores com essas políticas públicas essenciais e para também embasar um novo pacto federativo. É, portanto, essencial a cooperação do Governo Federal, dos Governos Estaduais e dos Governos Municipais para atingir essas populações.

Com isso, eu gostaria de terminar minha fala e agradecer mais uma vez.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Henrique.

Passo a palavra à Anna Flávia, que complementar a sua intervenção pelo Ministério do Meio Ambiente.

**A SRA. ANNA FLÁVIA DE SENNA FRANCO** - Eu queria agradecer o convite ao Deputado Bohn Gass.



Fico muito satisfeita porque percebemos uma enorme convergência da Casa Legislativa e do Governo em relação aos principais desafios que temos a enfrentar, que são desafios extremamente complexos.

Temos diversas estratégias a serem enfrentadas, e esses desafios somente serão enfrentados se conseguirmos alinhar todas as ações nas esferas sociais, econômicas, políticas e técnicas. Não há como enfrentar um desafio de forma individualizada. Temos que trabalhar com uma estratégia alinhada.

Na fala do Deputado Pedro Uczai, quando cita a importância de integrar a questão social com o desenvolvimento econômico e com a área ambiental, no sentido de que a área econômica é que deveria prover o desenvolvimento ambiental, eu digo que a grande aspiração da área ambiental é exatamente que a questão ambiental se torne uma lógica de mercado e que o mercado já trabalhe com essa lógica. Acho que, naturalmente, isso vai acontecer. E acho que o alerta que a própria natureza está nos dando vai possibilitar que essa lógica mude.

Gostaria de agradecer também a manifestação da Deputada Erika Kokay e do Deputado Marcelo. Especialmente, quero dizer que convergimos no tocante à importância das ações de proteção aos animais e o controle populacional de cães e gatos. O orçamento reduzido dessas ações reflete também o orçamento reduzido do programa de qualidade ambiental. Temos cerca de 29 milhões para atender todas as ações no País relacionadas à reciclagem, logística reversa, monitoramento de poluição de ar, água e solo, todas as questões relacionadas às questões urbanas de resíduo, política de reciclagem, apoio aos catadores.

Então, não é fácil você administrar um orçamento para atender a todas essas demandas. Mas o importante é que não vamos atuar sozinhos. Contamos com o Congresso Nacional para incrementar essa pauta, que também tem que ser articulada com toda a sociedade, Estados e Municípios, para que tenhamos resultados efetivos. Como disse o meu colega, a questão federativa é importante para nos complementar em todos esses desafios que relatamos aqui.



Queria agradecer e me colocar à disposição para amadurecer, junto ao Congresso Nacional, as nossas estratégias e efetividade de nossos resultados.

Muito obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Anna Flávia.

Nós passamos a palavra ao Sr. Nelson Karam, que está em ambiente virtual, para fazer suas considerações finais pelo DIEESE.

**O SR. NELSON KARAM** - Deputado, quero apenas agradecer o convite e me colocar à disposição. V.Exa. está de parabéns pela iniciativa de aproximar um tema tão árido e tão distante da população, que é o planejamento, as diretrizes do Orçamento, mas tão fundamental para a transformação da vida das pessoas num contexto de grandes desafios nacionais e globais.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado, Nelson, por sua participação. Nas demais atividades, o DIEESE tem tido sempre uma presença importante.

Obrigado.

Concedo a palavra à Sra. Leany, Secretária Nacional de Planejamento, do Ministério do Planejamento, que está na coordenação direta dessa pauta conosco.

**A SRA. LEANY BARREIRO DE SOUSA LEMOS** - Obrigada, Deputado Bohn Gass.

É muito bom recebermos críticas e sugestões, porque esse é um processo de melhoria contínua, de incrementalismo também. Fizemos muitas alterações no processo do PPA. As sugestões do Karam, por exemplo, em relação a algumas das métricas, são muito bem-vindas. Só podemos criticar o sistema de métricas porque introduzimos o sistema de métricas. Senão nem poderíamos conversar sobre o que deveria estar ou não, se ela está bem calibrada, se ela pode melhorar ou não. Acho que isso é um enorme avanço na qualidade da formulação da política pública.



Eu vou sugerir, Karam... Há uma parte toda que acaba não sendo muito analisada, que é a parte não orçamentária, em que entra todo o crédito, subsídios creditícios, subsídios tributários. E ali você também consegue enxergar, especialmente na parte de crédito, onde está o fomento. Se você analisar o programa de neointustrialização, do ponto de vista orçamentário, verá que ele tem um baixo orçamento. Se analisá-lo do ponto de vista não orçamentário, verá que ele tem um alto volume de recursos, porque é crédito para a indústria, via BNDES, BASA, BNB, os bancos, as agências públicas de fomento.

Acho que há um tema muito importante para o Deputado Welter sobre a articulação federativa. É um grande desafio fazermos a política chegar ao Município no nosso sistema multinível. Isso é muito difícil, porque na educação são três níveis, bem como na saúde. A implementação da política pública é um grande desafio. Mas eu acho que o monitoramento e a avaliação depois, Flávia, vão permitir que tentemos aperfeiçoar esse modelo.

Queria só fazer duas breves observações em relação ao conteúdo. A primeira, do Deputado Marcelo, sobre a questão orçamentária. Da mesma forma como é incremental do ponto de vista do planejamento, é incremental do ponto de vista orçamentário. Nem sempre se consegue fazer o melhor para o próximo ano, mas, sendo um elemento central, isso vai mudando ao longo dos tempos. Então, eu acho que entender a continuidade do processo e como isso vai mudar, a médio e longo prazo, é muito relevante.

Quanto à pergunta do Deputado Pedro sobre expansão da universidade, não está no PPA. O Ministério da Educação não colocou expansão física de universidades, mas colocou expansão de matrículas, taxa bruta de matrícula, aumento de 10% global e 20% para a população negra. Da mesma forma, há maior conclusão de mestrado e de doutorado — isso para graduação.

O projeto contém 800 páginas, é muito amplo e ainda há uma camada gerencial que não vem na lei. Há muita informação. Eu acho que o Parlamento poderá se apropriar de uma maneira muito positiva disso.



Finalmente, a Deputada Erika Kokay traz a cereja do bolo: o longo prazo. Precisamos olhar para o longo prazo para que possamos corrigir rotas das políticas, se estamos ou não fazendo o bem.

Deputado, mais uma vez, obrigado. V.Exa. sempre dá muita oportunidade para o Ministério do Planejamento estar aqui presente e falar um pouco desse trabalho, que foi um grande esforço de Governo.

Obrigada.

**O SR. PRESIDENTE** (Bohn Gass. Bloco/PT - RS) - Obrigado à Leany, a todos que participaram da reunião e ainda estão presentes e a quem estava nos acompanhando virtualmente

Deputado Marcelo, faço um registro muito especial da sua presença.

Eu agradeço o comparecimento de todos os convidados e convidados, das Sras. e dos Srs. Parlamentares, dos assessores e servidores das Casas Legislativas.

A reunião está encerrada.

Obrigado.